

Acolhimento Institucional

Projeto de Abrigo Institucional para crianças

sumário

01. INTRODUÇÃO	3
1.1 apresentação do tema	3
1.2 motivação e objetivos	3
02. ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	4
2.1 abrigos institucionais	5
2.2 breve histórico no Brasil	6
2.3 panorama nacional e estadual	7
2.4 panorama atual em Florianópolis/SC	9
03. ESTUDOS DE CASO	11
3.1 abrigo 01	11
3.2 abrigo 02	12
04. ÁREA DE INTERVENÇÃO	13
4.1 localização	13
4.2 análise urbana	14
4.3 apresentação do terreno	15
4.4 condicionantes legais	17
05. PROJETO	18
5.1 orientações gerais	18
5.2 intenções projetuais	19
5.3 programa de necessidades	20
5.4 fluxos e acessos	21
5.5 plantas baixas	24
5.6 cortes	25
5.7 fachadas	26
5.8 materialidade - acabamentos	28
5.9 esquema estrutural	29
5.10 imagens	30
06. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34

agradecimentos

Agradeço ao meu pai, José Carlos, e à minha mãe Ilse, por tudo que fizeram por mim e pelo apoio de sempre. Obrigada por toda paciência, pelo incentivo e por sempre acreditarem nos meus sonhos comigo, amo e admiro muito vocês.

Aos meus familiares que mesmo à distância estão sempre me inspirando e torcendo por mim.

Aos meus amigos da arquitetura, especialmente Mariana F., João Pedro e Natália Z., que estiveram ao meu lado em todos os momentos, tornando essa jornada mais leve. À Mariana B., que, mesmo de longe, tanto me ajudou, e a todos os outros que de alguma forma estiveram presentes, meu muito obrigada.

Ao meu orientador Prof. Ramon Carvalho por todos os ensinamentos e pela paciência de me auxiliar e me acalmar quando preciso.

Por fim, agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina pelo ensino público de qualidade, pelo conhecimento adquirido, e pelas experiências e vivências que vão muito além do curso em si.

01 | INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação do tema

A institucionalização de crianças e adolescentes é uma questão existente no Brasil desde sua colonização e que já passou por inúmeras fases no decorrer dos anos. Muitos avanços ocorreram com o passar do tempo, principalmente com a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, responsável por assegurar proteção e garantia de direitos.

Ainda é elevado o número de crianças e adolescentes que necessita ser abrigado em instituições de acolhimento, considerada uma medida provisória e excepcional, para aqueles que se encontram em situação de risco ou tiveram algum tipo de violação dos seus direitos. O ideal é que o tempo de permanência nas instituições seja o menor possível, até que haja possibilidade de retorno à família de origem ou conclua-se o processo de adoção.

A arquitetura está diretamente ligada com esse processo de institucionalização, uma vez que os espaços físicos influenciam diretamente no emocional dos indivíduos e têm a capacidade de favorecer ou não seu desenvolvimento, de acordo com a forma com que são projetados. No caso específico das instituições de acolhido a influência dos espaços tem um caráter muito importante na formação dos acolhidos, já que na maioria das vezes trata-se de crianças e adolescentes que estão longe dos seus lares e precisam que esse novo ambiente garanta a sensação de segurança, conforto e acolhimento.

Assim, a criação desses locais vai muito além apenas de atender as necessidades físicas, devem ser criados ambientes que favoreçam o desenvolvimento, e autonomia e garantam a segurança física e a estabilidade psicológica dos abrigados, pois mesmo sendo uma estadia provisória ela deve agregar na vida dessas pessoas.

1.2 Motivação e Objetivos

O acolhimento institucional de crianças e adolescentes sempre esteve presente na minha vida e na da minha família, sendo um tema pelo qual tive interesse de diversas formas ao longo do tempo. Atrelado a isso, durante a graduação de Arquitetura e Urbanismo pude estudar e compreender melhor como os espaços têm influência e importância nas vivências e relações tanto das pessoas com os lugares como nas próprias relações interpessoais, o que fez surgir o interesse de projetar com a finalidade de promover a melhor experiência e estadia para o usuário.

Assim, a escolha do tema surge com o propósito de compreender as dinâmicas e necessidades dos abrigos institucionais juntamente com as suas particularidades na cidade de Florianópolis/SC, para que então seja possível a proposição de um programa e futuro projeto que atenda as demandas necessárias.

A partir da análise teórica do tema juntamente com o estudo a respeito do panorama estadual e municipal, o objetivo do trabalho é propor um projeto que além de suprir as demandas encontradas seja um ambiente físico qualificado para proporcionar a melhor experiência possível para os usuários, de maneira a favorecer o crescimento e desenvolvimento físico e psicológico, a autonomia e garantir apoio e segurança.

02 | ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

A proteção total de crianças e adolescentes é assegurada por lei no Brasil e cabe às famílias e à sociedade colaborar para a garantia desses direitos. Porém, em muitos casos essa população é exposta a riscos e tem seus direitos suprimidos, tanto por meio de ações dos próprios familiares como de agentes externos ao seu convívio. Nesses casos, é papel do Estado garantir a segurança através das medidas cabíveis (ALVES,2023).

Desde a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990, houve algumas reformulações quanto à configuração e à caracterização das instituições, que antes eram internatos e orfanatos (SAVI,2018) e atualmente, com a vigência do ECA, o acolhimento institucional caracteriza-se como "medida provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para a colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade" (BRASIL, 1990).

O acolhimento institucional surge como uma medida que deve ser considerada em últimos casos e de caráter temporário, com um limite máximo de permanência de dois anos. A dinâmica no atendimento a essas crianças e adolescentes deve ser sempre a de priorizar as relações familiares e a reinserção dos mesmos no convívio com as famílias e comunidades.

Uma vez que se opta pelo acolhimento, existem duas formas pelas quais ele pode acontecer: o acolhimento familiar e o institucional. O primeiro, não tão comum no Brasil, acontece por meio de famílias acolhedoras, que se voluntariam para esse trabalho e passam por um treinamento específico para essa função. Já o acolhimento de forma institucional pode ocorrer de quatro maneiras distintas (SAVI, 2018), descritas a seguir:

Abrigo Institucional

acolhimento de crianças e adolescentes de caráter provisório até que seja possível o retorno do indivíduo para a família de origem ou o encaminhamento para adoção.

Casa Lar

similar ao abrigo em relação às responsabilidades, entretanto possui um cuidador ou educador social residente, que é responsável pelos cuidados.

Casa de Passagem

é a primeira forma de assistência e possui uma equipe multidisciplinar responsável pelos diagnósticos e encaminhamentos. Dependendo da demanda não necessita de uma casa ou edifício específico, pode ser incorporada ao local onde se localizam outros serviços.

República

destinada a maiores de 18 anos que permanecem nas instituições e não foram adotados ou não retornaram a suas famílias. São locais que necessitam da supervisão de educadores.

Ambas as modalidades de acolhimento devem ser escolhidas com base na individualidade das crianças e adolescentes, conforme análise da situação familiar, do estado físico e psicológico dos menores e da faixa etária, entre outras características (ALVES, 2023).

O tempo de permanência das crianças e adolescentes nas instituições destacadas independe da modalidade de acolhimento e está relacionado com cada processo judicial específico. Entretanto, deve-se priorizar o menor tempo de permanência possível (SAVI, 2018), segundo os seguintes parâmetros:

acolhimento emergencial	→	até um mês
acolhimento de curta permanência	→	até seis meses
acolhimento de média permanência	→	até dois anos
acolhimento de longa permanência	→	superior a dois anos

Contudo, no panorama atual do Brasil esses tempos não são de fato respeitados e é recorrente que esses ocupantes permaneçam por mais tempo do que o recomendado nessas instituições, principalmente quando se trata de crianças maiores ou de grupo de irmãos.

Independentemente da modalidade de acolhimento, as instituições devem estar localizadas em áreas de caráter residencial, com o objetivo de propiciar e fortalecer a convivência dos residentes com a comunidade, assim como incentivá-los a utilizar os serviços públicos da localidade, tais como saúde, lazer e educação (SAVI, 2018). Além disso, o ideal é que a localização não seja muito distante e discrepante da realidade socioeconômica e

geográfica dos acolhidos para possibilitar mais facilmente a sua inserção no convívio comunitário (JESUS, 2021).

Ademais, o ambiente deve ser favorável e proporcionar não só condições de moradia, alimentação e garantia dos direitos básicos, como também favorecer o desenvolvimento dos acolhidos, sua autonomia, a manutenção de relações familiares, a adaptação e a ressocialização à família ou e/ou à comunidade, quando possível (ALVES, 2023). É fundamental, ainda, que as crianças e adolescentes tenham sua privacidade e capacidade de escolha, mesmo que dentro das limitações existentes, possuir seus objetos pessoais, se responsabilizar por tarefas e participar de decisões, pois isso contribui para o desenvolvimento e a autonomia individual (SILVA, 2010).

Devido à trajetória e à história de vida dos acolhidos, que na maioria das vezes passaram por inúmeras adversidades, o ambiente de acolhimento deve não só promover o desenvolvimento e a autonomia, mas também garantir a proteção e contribuir para o crescimento e a criação, ou recuperação, de relações de pertencimento e cuidado. Assim, se colocadas em práticas as características abordadas anteriormente, as instituições de acolhimento tornam-se espaços mais adequados para o recebimento, a proteção e o desenvolvimento daqueles que necessitam.

2.1 Abrigos Institucionais

Nesta pesquisa, que subsidiará o projeto de arquitetura a ser elaborado, será considerada a modalidade de acolhimento de **abrigo institucional**, que, como já abordado, é responsável pelo acolhimento de crianças e adolescentes, de 0 a 18 anos, possui caráter provisório e capacidade máxima de atendimento de 20 acolhidos.

Esse modo de acolhimento ocorre em caso de abandono pela família de origem ou quando os familiares encontram-se impossibilitados de cumprir com as funções parentais de cuidado e proteção. O tempo de permanência deve ser o menor possível, até que seja possível o retorno à família ou a consolidação do processo de adoção (SAVI, 2018).

Esses espaços contam com uma equipe técnica específica, cuja contratação e responsabilidade são do próprio órgão gestor da instituição, quando de caráter privado, ou fica a cargo do órgão público, quando de ação governamental. Os cargos são para o atendimento de cada instituição e devem atender a um número específico de ocupantes, conforme especificado no diagrama 01.

COORDENADOR	formação em nível superior, trabalho de gestão e experiência na função.	 1 profissional por instituição	 40h semanais
EQUIPE TÉCNICA (Psicólogo e Assistente Social)	formação em nível superior, apoio tanto aos acolhidos quanto à equipe, experiência na função.	 2 profissionais a cada 20 acolhidos	 30h semanais
EDUCADOR SOCIAL	formação em nível médio com capacitação específica, cuidado com os acolhidos e com o local, experiência na função.	 2 profissionais a cada 10 acolhidos (variável com a demanda)	 10h por turno
AUXILIAR DE EDUCADOR SOCIAL	formação em nível fundamental com capacitação específica, responsável pelo auxílio ao educador.	 1 profissional a cada 10 acolhidos	 carga horária em turnos

Diagrama 01: Diagrama da equipe técnica necessária no abrigo institucional.
Fonte: Adaptação de autoria própria com base em SAVI (2018).

Assim, a equipe técnica base é formada por coordenador, psicólogo, assistente social, educador social e auxiliar de educador social (SAVI, 2018). Além desse quadro básico de funcionários, cada unidade possui necessidades próprias e específicas e pode contar com outros integrantes, como por exemplo estagiários, médicos e cuidadores. É muito comum, também, o trabalho de voluntários, tanto para o auxílio no cuidado das crianças e adolescentes como também para atividades de manutenção e cuidado do próprio espaço.

Os funcionários devem manter uma conduta e seguir os princípios descritos na cartilha de Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009), elaborada pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) (ALVES, 2021):

- Excepcionalidade do Afastamento do Convívio Familiar;
- Provisoriedade do Afastamento do Convívio Familiar;
- Preservação e Fortalecimento dos Vínculos Familiares e Comunitários;
- Garantia de Acesso e Respeito à Diversidade e Não discriminação;
- Oferta de Atendimento Personalizado e Individualizado;
- Garantia de Liberdade de Crença e Religião;
- Respeito à Autonomia da Criança, do Adolescente e do Jovem.

Assim como a equipe técnica com profissionais específicos, os serviços de acolhimento também possuem algumas orientações técnicas em relação aos espaços mínimos e questões de infra-estrutura. Essas orientações são fornecidas pelo Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome em parceria com o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e a UNESCO, e estão descritas em uma cartilha elaborada pelo governo no ano de 2009.

2.2 Breve Histórico no Brasil

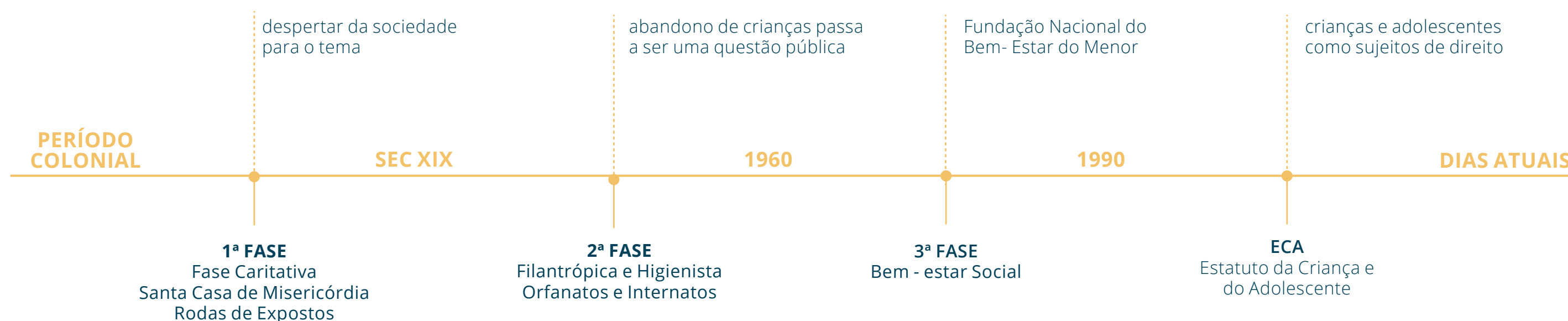


Diagrama 02: Linha do tempo histórico acolhimento institucional no Brasil. Autoria própria

Os abrigos institucionais e o acolhimento de crianças e adolescentes nesses ambientes são questões que perduram no Brasil desde o período colonial, passando por diversas discussões e definições acerca das formas de acolhimento. Por tratar-se de um debate amplo e de longa trajetória, neste trabalho será apresentado um breve histórico que enfoca, especialmente, as modificações e as medidas e soluções adotadas ao longo do tempo no país.

Desde a época da colonização a institucionalização de crianças e adolescentes estava presente no território brasileiro. Esse processo pode ser dividido em três períodos distintos: o primeiro é denominado de “fase caritativa”, que se deu desde o período colonial até o século XIX; em seguida ocorreu a “fase filantrópica e higienista” que, como o próprio nome já diz, possui um caráter filantrópico e perdurou até a década de 1960; por fim, a

terceira fase aconteceu nas décadas finais do século XX até a aprovação do ECA, denominada de “bem-estar social” (MARCÍLIO, 2006).

Na fase caritativa as políticas públicas de acolhimento ocorriam por meio das modalidades formal e informal, sendo duas delas formais e uma informal. De modo formal atuavam as Câmaras Municipais, através de convênios com as Santas Casas de Misericórdia, que eram de fato as instituições responsáveis pelo processo. Entretanto, havia inúmeras irregularidades que dificultavam o atendimento em larga escala e eram poucas as casas que recebiam crianças, o que também prejudicava a efetividade da atividade (SAVI, 2018).

Além disso, formalmente também havia as “Rodas de Expostos”, criadas por intermédio das Câmaras Municipais. As rodas funcionavam como um dispositivo no qual as pessoas deixavam os bebês abandonados de maneira a não serem identificados os atores do abandono (MARCÍLIO, 2006). Esses objetos normalmente estavam localizados nas janelas das Casas de Misericórdia e os cuidados desses órfãos eram possibilitados pelas amas de leite (RIZZINI; RIZZINI, 2004).

De modo informal era comum que as famílias recolhessem essas crianças abandonadas principalmente nas igrejas e rodas, ato esse que estava fortemente ligado com a religião, uma vez que a promessa da salvação divina se relacionava com o acolhimento e batismo desses menores (SAVI, 2018). Além disso, outro aspecto que influenciou as famílias a abrigar esses órfãos era a garantia futura de possuir mão de obra gratuita, o que na

época era uma grande vantagem econômica para os responsáveis pela tutela dessas crianças (MARCÍLIO, 2006).

De modo geral, as formas de acolhimento que aconteceram nesta fase caritativa, mesmo que de certa maneira improvisadas, "são extremamente válidas, porque representaram o despertar da sociedade para o tema" (SAVI, 2018. p. 62). Assim, essa temática passa a ser uma questão considerada pelos poderes governamentais, de forma a fazer parte de preocupações futuras.

A fase filantrópica e higienista se deu em um momento em que o Brasil passou por diversas mudanças no seu regime de governo, desde meados do século XIX até a década de 1960, período em que se destaca a abolição da escravidão. Entretanto, ainda houve outros acontecimentos que marcaram esse período, como a queda da Monarquia, o rompimento entre Igreja e Estado, o fim do monopólio da religião sobre os meios de assistência social, a legislação social pró-infância, o estatuto legal da Adoção e a criação dos Direitos da Criança (MARCÍLIO, 2006).

Devido a todas essas mudanças políticas e econômicas, a situação financeira de muitos brasileiros ficou prejudicada, o que tornou a pobreza um cenário frequente (SAVI, 2018). Assim, por conta dessas circunstâncias, houve um aumento no número de crianças abandonadas e essa passou a ser uma questão pública.

Até então uma das principais formas de acolhimento eram as Rodas de Expostos, que com o início das vertentes e políticas higienistas foram extintas. Deste modo, para suprir a demanda de acolhimento dos menores abandonados, surgem as instituições específicas para essa finalidade, como os orfanatos e internatos, que estavam localizados, em sua maioria, distante dos centros e possuíam um espaço organizado de forma a priorizar a disciplina (JESUS, 2021).

Uma das características da fase filantrópica é a busca pela higiene e organização e por este motivo eram criados locais nos quais a disciplina e a limpeza eram prioridades. Essas características são implementadas inclusive na arquitetura, com a utilização de pátios internos entre as alas privadas para facilitar e garantir um maior controle dos ocupantes (SAVI, 2018).

A fase filantrópica não teve grandes avanços na melhoria do acolhimento dos abandonados. No entanto, ela é importante pois é nesse momento que essa questão começa a se tornar uma preocupação do poder público, que no futuro adotará medidas mais efetivas.

A terceira e última fase, a do Bem-Estar Social, teve início com a criação da Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (Funabem), em 1964. A Funabem possuía a atribuição de implementar as Fundações Estaduais de Bem-Estar do Menor e suas políticas (SAVI, 2018).

A partir daí, os espaços passaram a ser pensados de forma mais específicas para seus usos e usuários, com políticas próprias e específicas para esses locais.

A nova Constituição Federal, promulgada em 1988, assegurou os direitos e a proteção da criança e do adolescente por meio do artigo 227, que diz que cabe à sociedade, à família e ao Estado essa garantia. Logo após, em 1990, é criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que é um dos principais avanços na garantia dos direitos dos menores, e que segue vigente até os dias atuais, juntamente com a Constituição Federal de 1988 (JESUS, 2021).

Logo, pode-se constatar o avanço com a preocupação do acolhimento de crianças e adolescentes, que atualmente é de responsabilidade do Estado, que em conjunto com outras organizações e instituições atua de forma integrada para exercer essa função. Mesmo com as inúmeras melhorias que ocorreram, o sistema de acolhimento ainda é deficiente em diversos aspectos e exige uma preocupação e atenção dos governos e políticas públicas para que possa evoluir e atender com eficiência a demanda solicitada.

2.3 Panorama Nacional e Estadual

No ano de 2019 foi implementado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) o Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), que é a junção do Cadastro Nacional de Adoção (CNA) e do Cadastro Nacional de Crianças Acolhidas (CNCA). O CNA é um sistema que foi criado para possibilitar o cruzamento de informações das crianças e adolescentes que estão disponíveis para adoção com os possíveis pais que estão na fila de espera. Assim, pode-se compatibilizar essas informações de maneira mais eficiente e rápida, uma vez que possibilita a visualização de um panorama de todo o país.

O CNCA é o cadastro que contém todos os dados das crianças e adolescentes que estão em abrigos, tanto os governamentais como aqueles mantidos por outros órgãos, como ONGs e igrejas. Por fim, o SNA é a junção desses dois programas explicados anteriormente e congrega as informações das crianças acolhidas em abrigos ou outras instituições do ramo.

Através desse sistema, que está disponível na página do CNJ, é possível ter um panorama geral da situação das crianças e adolescentes em regime de acolhimento institucional ou familiar no Brasil. De acordo com dados fornecidos, nota-se que atualmente no país

existem 32.792 crianças e adolescentes vivendo em casas de acolhimento. A região sul aparece como a segunda maior do país, com 8.282 crianças e adolescentes nessa situação, atrás apenas do Sudeste.

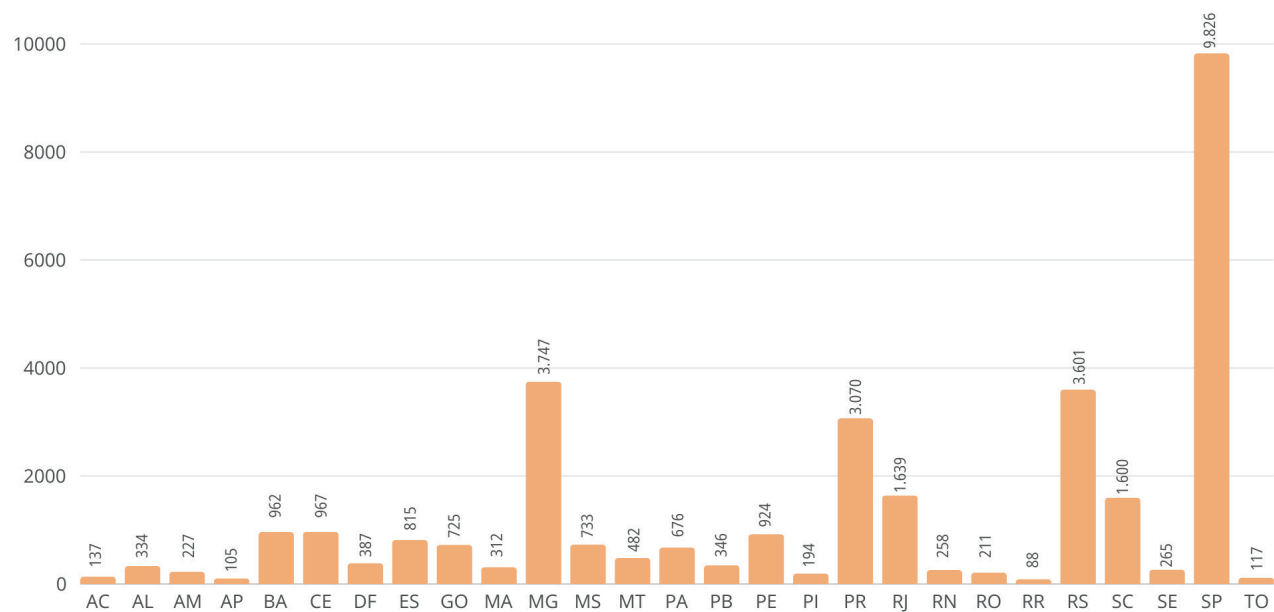


Gráfico 01: Gráfico do número de crianças e adolescentes em casas de acolhimento no Brasil.
Fonte: Adaptação de autoria própria com base em dados do SNA, acesso realizado no dia 03/10/2023.

Quando analisado o estado de Santa Catarina, mais especificamente, segundo os dados do Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA), 1.600 crianças e adolescentes estão acolhidas por serviços de acolhimento. Desses serviços, 409 são famílias acolhedoras (70,53%), 141 são serviços de acolhimento (24,30%) e 30 são programas de acolhimento familiar (5,2%). Assim, comparado ao panorama nacional, o estado possui o quinto maior índice de serviços de acolhimento e é o sexto maior em número de crianças acolhidas.

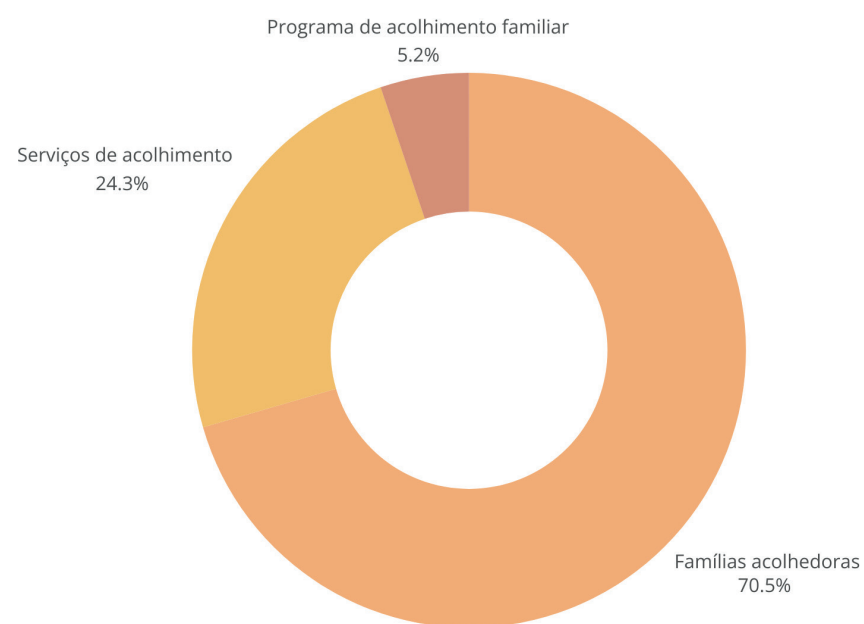
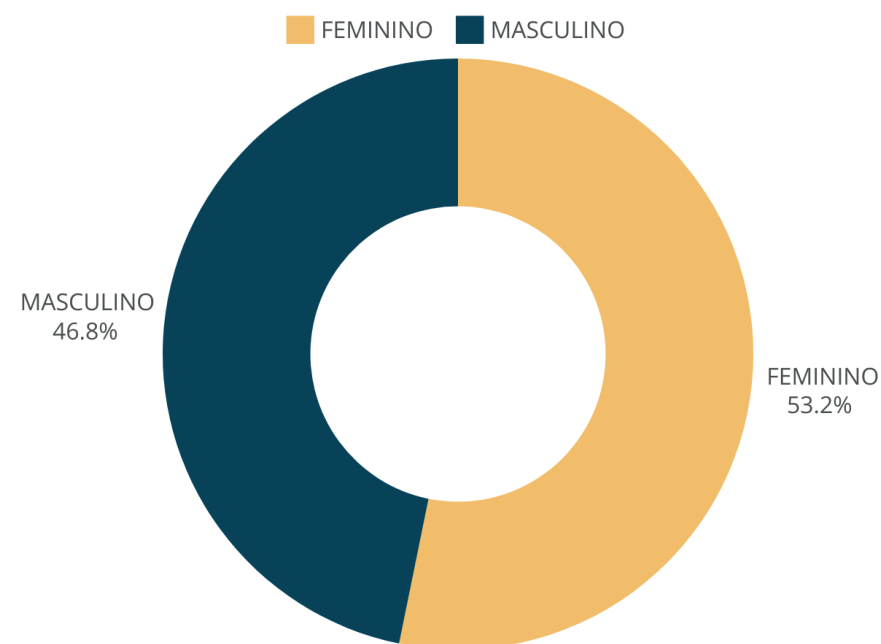
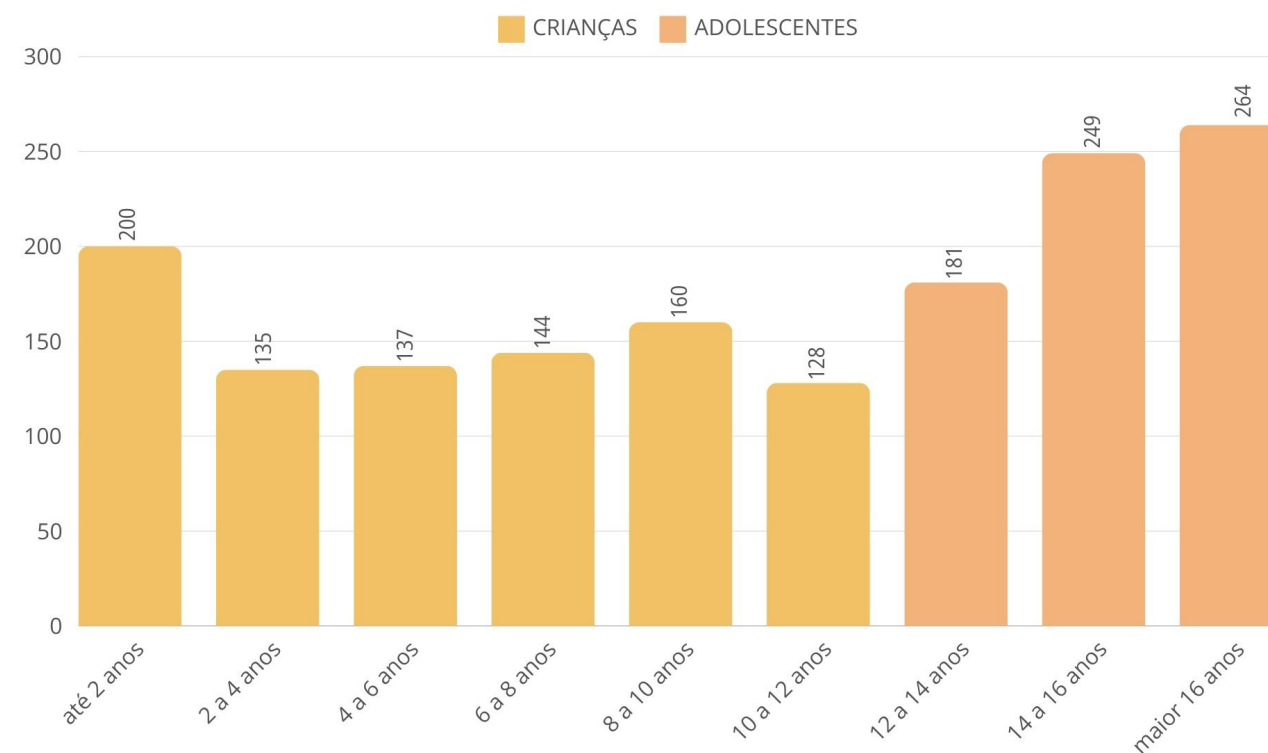


Gráfico 02: Gráfico tipos de serviço de acolhimento em Santa Catarina.
Fonte: Adaptação de autoria própria com base em dados do SNA, acesso realizado no dia 03/10/2023.

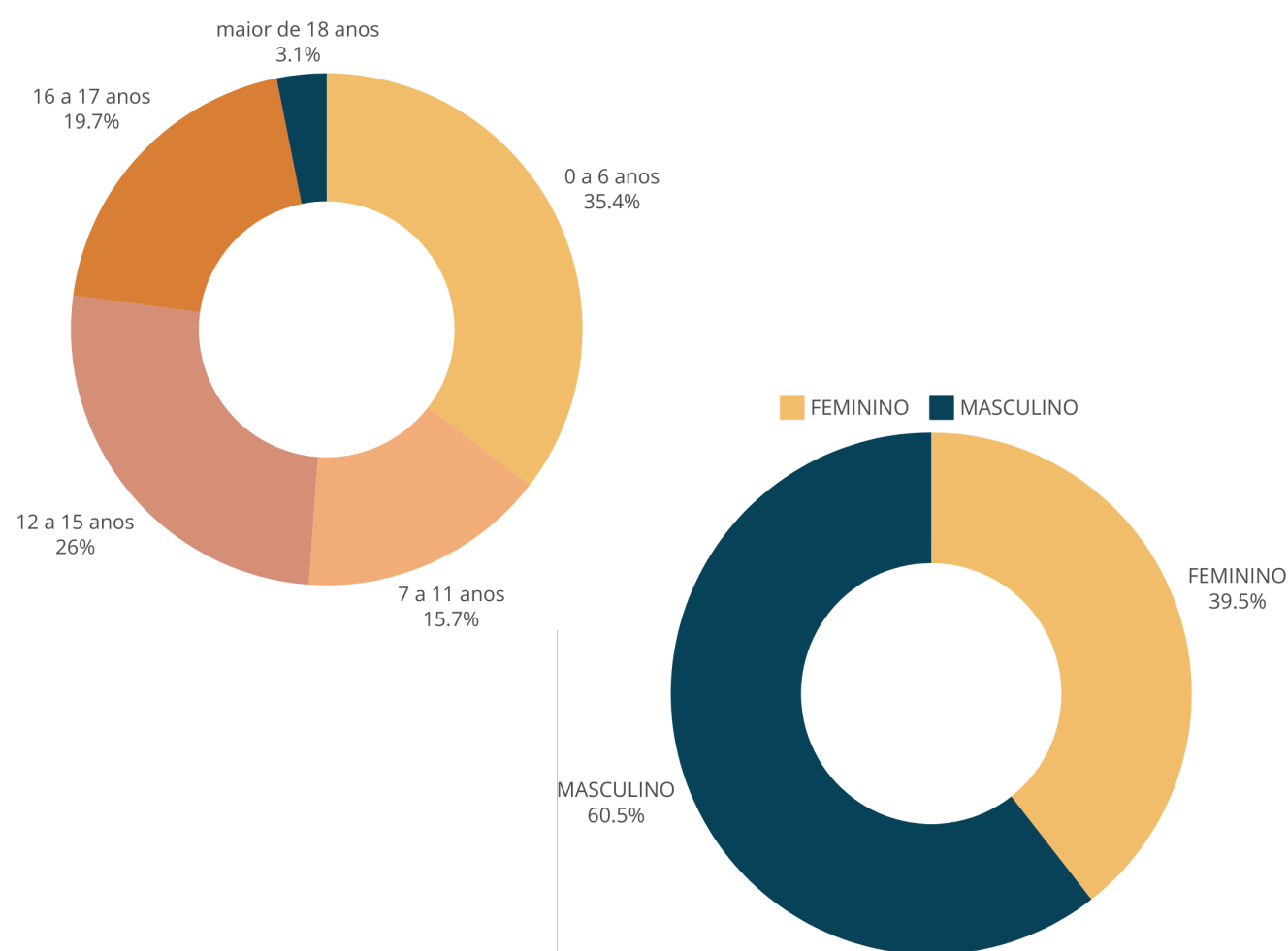
As faixas etárias predominantes são as crianças de até 2 anos e adolescentes, principalmente os de 14 a 18 anos (42%). Em relação ao sexo, identifica-se que é bem distribuído, com uma pequena predominância do público feminino (53,2%) em relação ao masculino (46,8%).



Gráficos 03 e 04: Gráficos do perfil de acolhimento em Santa Catarina.
Fonte: Adaptação de autoria própria com base em dados do SNA, acesso realizado no dia 03/10/2023.

2.3 Panorama Atual em Florianópolis

No município de Florianópolis o órgão responsável pelo serviço de acolhimento provisório é a Diretoria de Proteção Social Especial e Gerência de Alta Complexidade (PSE/AC). Conforme dados fornecidos pelo Plano Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Florianópolis, no ano de 2021 o número de crianças e adolescentes acolhidos em instituições era de 263. A faixa etária predominante era de crianças de 0 a 6 anos (35,4%), seguido dos adolescentes entre 12 e 15 anos (26%). Desse total de abrigados, o sexo masculino aparece com maior percentual (60,5%) em relação ao feminino (39,5%).



Gráficos 05 e 06: Gráficos do perfil de acolhimento no município de Florianópolis.
Fonte: Adaptação de autoria própria com base em dados do Plano Municipal de Assistência Social da Prefeitura de Florianópolis em 2021.

A cidade possui 11 instituições de acolhimento, das quais dez são serviços conveniados e apenas uma é responsabilidade governamental, sendo essas responsáveis pelo acolhimento de crianças e adolescentes na faixa etária de 7 a 17 anos, conforme listadas na Tabela 01.

As entidades municipais possuem todo seu serviço a cargo do município, tanto em relação a gastos como a equipe técnica, que são servidores públicos efetivos. Já as unidades conveniadas possuem convênio com Secretaria de Assistência Social, é o município repassa recursos para que a instituição execute seu serviço. A capacidade de atendimento dessas unidades está especificada na Tabela 01 através da quantidade metas, que refere-se ao número total de vagas.

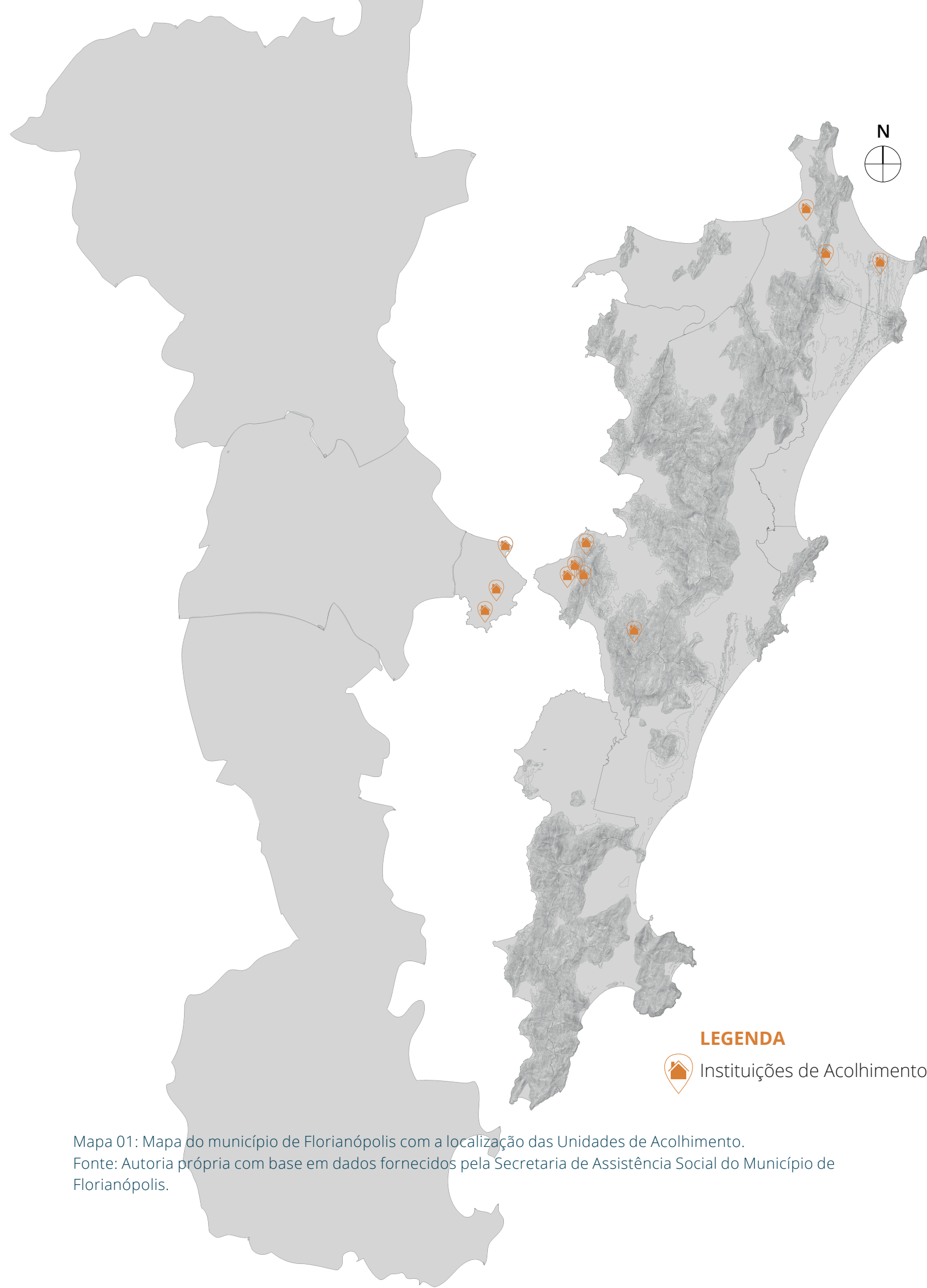
	UNIDADE DE ACOLHIMENTO	CAPACIDADE DE ATENDIMENTO
SERVIÇO MUNICIPAL	Casa de Acolhimento para Crianças e Adolescentes	20
	Ação Social Missão - Casa Lar Emaus	10
	Núcleo de Reabilitação e Recuperação de Vidas (NUR-REVI) - AMA4	10
	Casa Lar Recanto do Carinho	14
SERVIÇO CONVENIADO	Casa Lar Luz do Caminho	10
	Centro Escultural Escreva Anastácia (CCEA) - Casa Lar Darci Vitória de Brito	9
	Irmandade do Divino Espírito Santo (IDES) - Casa Lar São Vicente de Paulo	20
	Casa Lar Nossa Senhora do Carmo (OSGOPAC) - Casa da Teca	20
	Sociedade Espírita de Educação, Trabalho e Educação (SERTE)	10
	Associação Comunitária Amigos de Jesus (ACAJE) - Casa Lar Semente Viva	10
	Instituto Hope House - Serviço de Família Acolhedora	15
	TOTAL	148

Tabela 01: Tabela Unidades de Acolhimento e Capacidade de Atendimento do Município de Florianópolis.
Fonte: Adaptação de autoria própria com base em dados fornecidos pela Secretaria de Assistência Social do Município de Florianópolis.

A capacidade de atendimento máxima é especificada e fornecida por cada unidade e é definida de acordo com as características do espaço físico e com a equipe de apoio. Logo, não necessariamente os abrigos estarão sempre com a capacidade máxima. Ao contrário, o ideal é que estejam com um número inferior à sua capacidade máxima, uma vez que as casas de acolhimento devem ser uma das últimas medidas adotadas, pois preferencialmente busca-se que as crianças e adolescentes permaneçam em suas casas com seus familiares.

De acordo com o Plano Municipal de Assistência Social, os abrigos municipais responsáveis pelo serviço de acolhimento provisório localizam-se em áreas residenciais com características que assemelha-se a um ambiente residencial. Por conta da sua localização, esses locais usufruem dos equipamentos públicos disponíveis para fazer o atendimento dos abrigados, como escolas, equipamentos de saúde e lazer (FLORIANÓPOLIS, 2021).

No município de Florianópolis os abrigos citados na Tabela 01 encontram-se distribuídos na cidade conforme apresentado no Mapa 01. Analisando o mapeamento elaborado, percebe-se que a maior parte das instituições localiza-se na parte insular, principalmente no centro da cidade e no continente. Existem alguns no norte da ilha, entretanto em menor número, enquanto na porção sul não há nenhum registro.



Mapa 01: Mapa do município de Florianópolis com a localização das Unidades de Acolhimento.
Fonte: Autoria própria com base em dados fornecidos pela Secretaria de Assistência Social do Município de Florianópolis.

03 | ESTUDOS DE CASO

Com o objetivo de compreender o funcionamento, a ocupação, a dinâmica e as necessidades tanto dos ocupantes como dos espaços, foram realizadas visitas em alguns abrigos institucionais localizados na região da grande Florianópolis. As visitas foram feitas em instituições de caráter privado, que contam com recursos do município e de Instituições não Governamentais (ONGs), e em abrigos públicos financiados pelo município.

Por uma questão de segurança e privacidade dessas instituições, o nome e a localização das mesmas não serão divulgados, e elas serão apresentadas a seguir de forma anônima.

3.1 Abrigo 01

Está localizado em uma região em que predomina o uso residencial, com algumas atividades de comércio, em uma área relativamente central do bairro em que está inserido. Foi fundado há 13 anos e atualmente possui a capacidade máxima de 20 acolhidos, mas no momento da visita (18/10/2023) contava com 10 residentes. Atende ambos os sexos, porém com uma faixa etária específica para cada: meninas de até 18 anos e meninos até 8 anos de idade. Essa limitação é feita devido à falta de infraestrutura do local para o atendimento de uma faixa etária mais abrangente para ambos os sexos.

De acordo com o relato feito pelo presidente da instituição, o tempo médio de permanência das crianças e adolescentes é de cerca de 8 meses, podendo variar para mais ou para menos de acordo com cada caso.

Com relação ao funcionamento, essa é uma instituição que tem como sua principal fonte de renda as doações, eventos, brechós e o auxílio da própria comunidade. Segundo relatos colhidos na visita, no ano de 2022 a contribuição do município foi de 18% de todos os recursos anuais e no ano de 2023 espera-se que essa participação diminua para 15%.

A equipe técnica é formada por: diretor, assistente social, psicólogo, educador social e estagiárias. Além disso, existem muitos voluntários, moradores da própria comunidade,



Imagem 01: Área externa.
Fonte: Autoria própria.



Imagem 02: Sala de brinquedos
Fonte: Autoria própria.



Imagem 03: Dormitório
Fonte: Autoria própria.

que se candidatam para trabalhar tanto em contato direto com as crianças como em serviços de auxílio e manutenção da própria instituição.

Inicialmente o abrigo funcionava em um terreno pequeno, em uma construção existente, e ao longo do tempo foi sendo ampliado através da aquisição de novos terrenos. A estrutura física do abrigo é composta de dormitórios coletivos para crianças maiores, berçário, refeitório, cozinha, sala de estudos, auditório com teatro e coxia, sala de brinquedos, lavanderia, dispensas para mantimentos e uma área externa. Os ambientes são adaptados para as necessidades e idades dos ocupantes e a maioria deles está localizada em áreas internas da instituição. Esses ambientes estão distribuídos ao longo de algumas casas que estão nos terrenos pertencentes ao abrigo, funcionando em locais separados.

Os ambientes existentes suprem as necessidades dos usuários e da equipe técnica, entretanto por eles estarem separados fisicamente (Imagem 01), em construções distintas, há uma falta de conexão entre os espaços, o que dificulta os fluxos de passagem e a eficiência de alguns serviços. Além disso, também notou-se alguns problemas de infiltração, que foram relatados ao longo da visita e puderam ser percebidos em alguns ambientes, uma vez que não há um escoamento adequado da água da chuva.

3.2 Abrigo 02

Está em uma área central com predomínio de uso misto e de edificações com caráter de serviços e institucionais e localiza-se em no mesmo terreno da escola pertencente à entidade responsável pela instituição.

A capacidade máxima de ocupação é de 20 acolhidos e na data da visita (25/10/2023) abrigava 15 crianças. A faixa etária atendida é de crianças de 0 a 6 anos, de ambos os sexos, podendo variar em casos de acolhimento de grupos de irmãos, casos em que são aceitas crianças de idade um pouco mais avançada. De acordo com relatos colhidos durante a visita, o tempo médio de permanência das crianças no abrigo é de cerca de 18 meses, podendo variar de acordo com cada processo judicial.

A instituição é de caráter privado, porém é conveniada com o município e as vagas são disponibilizadas para o mesmo. Cerca de 85% dos recursos são providos pelo município e as demais verbas são provenientes de doações.

Além da equipe técnica convencional, com educadores, cuidadores, psicólogo e assistente social, existe um médico e uma pedagoga que auxiliam o abrigo fazendo trabalho voluntário a cada duas semanas, em média.

Com relação à ocupação do espaço, o abrigo está em uma casa de dois pavimentos, que possui refeitório, dormitórios com beliches, berçário, cozinha, banheiros, consultório médico, sala de estar, sala para atividades recreativas, parque e uma área externa. A maioria dos ambientes é adaptada para a faixa etária das crianças, com mobiliários baixos, como cadeiras, mesas e camas.

Por tratar-se de um local com aspecto mais próximo de uma residência existe um fluxo que favorece a conectividade e privacidade dos espaços, que possuem um certo distanciamento entre aqueles que são de uso comum e privado. Entretanto, percebe-se a falta de um espaço próprio para estudo das crianças que possua mesas e cadeiras adequadas e que possa ser utilizado quando as mesmas não estão na escola. Além disso, a instituição apresenta alguns problemas com infiltração, que estão presentes nos dormitórios e em outros cômodos de uso comum e podem ser prejudiciais aos usuários (Imagem 04).



Imagem 04: Dormitório
Fonte: Autoria própria.



Imagem 06: Sala de Estar
Fonte: Autoria própria.



Imagem 07: Consultório
Fonte: Autoria própria.



Imagem 08: Parque
Fonte: Autoria própria.



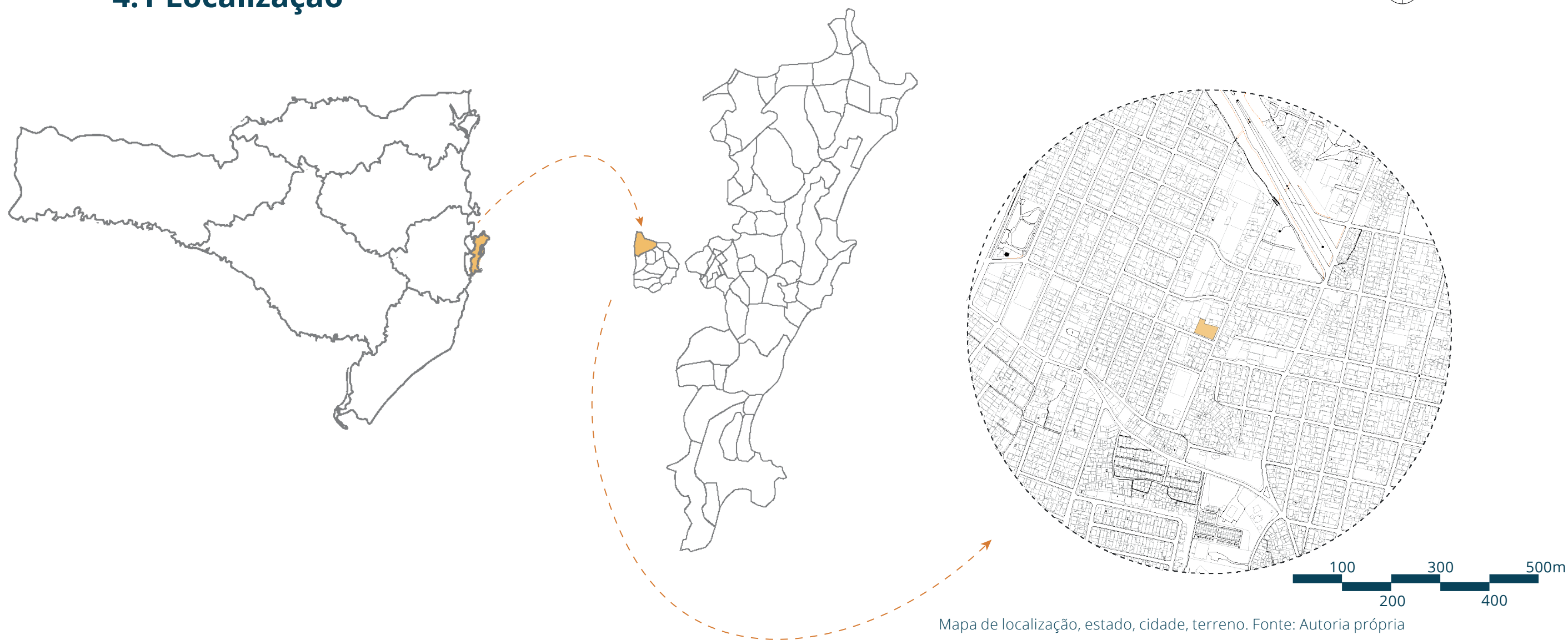
Imagem 09: Terraço
Fonte: Autoria própria.



Imagem 10: Vista entrada
Fonte: Autoria própria.

04 | ÁREA DE INTERVENÇÃO

4.1 Localização



A área de intervenção projetual está localizada no estado de Santa Catarina, na porção continental do município de Florianópolis, no bairro Jardim Atlântico. A pesquisa realizada revelou que a distribuição de abrigos institucionais é maior na parte insular da cidade. Assim, com o objetivo de ampliar a cobertura e atender de forma mais equitativa toda a população, optou-se por selecionar um terreno no continente para o desenvolvimento do projeto.

A escolha da localização do terreno foi baseada em algumas motivações e intenções que buscavam ser atendidas pela área. Dentre essas intenções as principais eram:

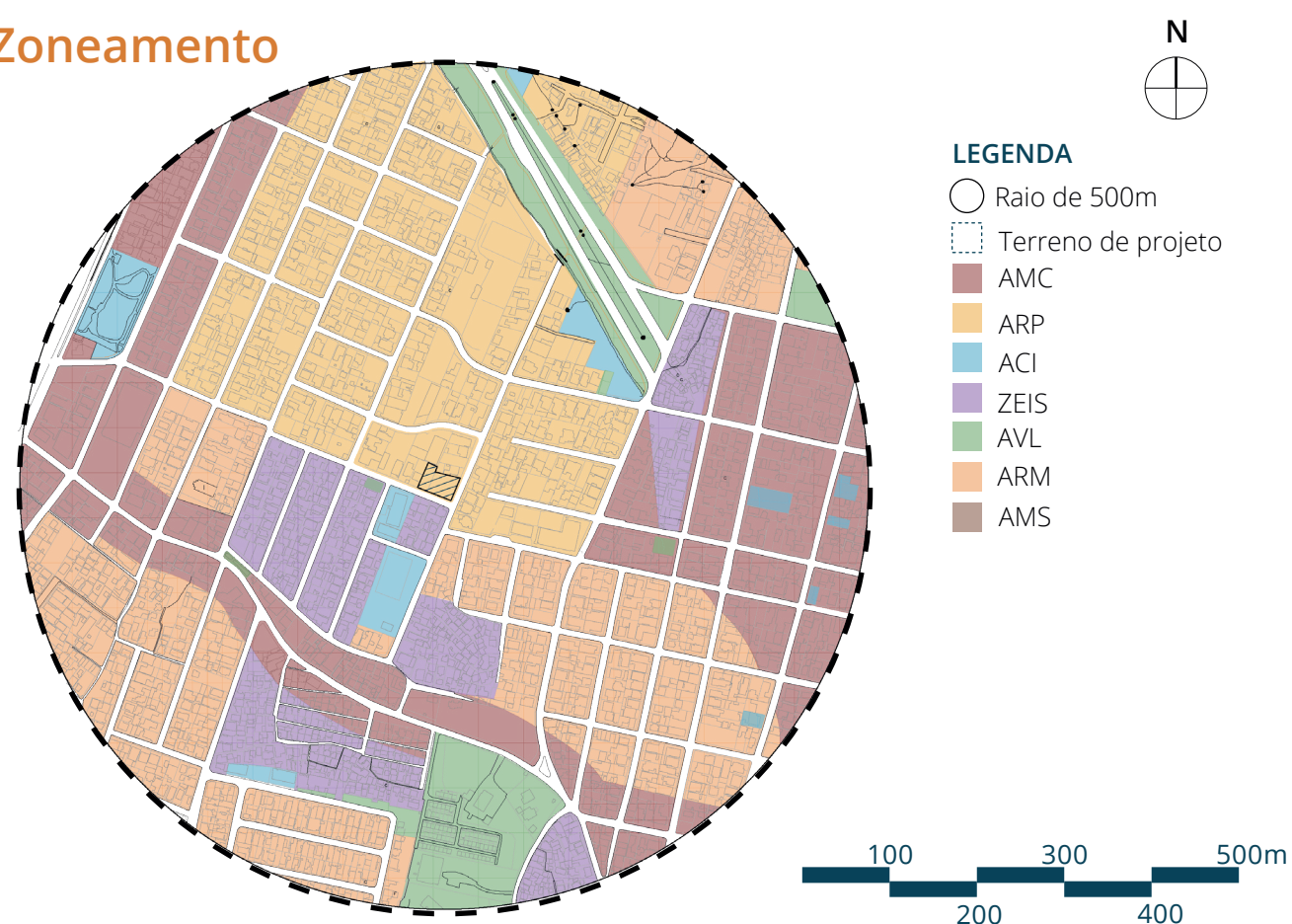
- localização em um área urbana já consolidada com característica predominante residencial e com poucas edificações em altura nas proximidades;
- terreno de médio porte para propiciar e favorecer um aspecto acolhedor para o projeto;
- proximidade de equipamentos urbanos necessários no dia a dia do ocupantes;
- facilidade de acesso à área através do transporte público.

4.2 Análise Urbana

Para uma melhor compreensão da região de projeto escolhida foram elaborados alguns mapas de análise da área, com base em critérios relevantes para o entendimento do espaço, são eles : zoneamento, equipamentos urbanos, sistema viário e de transporte público.

A partir do terreno de projeto traçou-se um raio de caminhabilidade de 500m, e então analisou-se a área compreendida, de forma a entender melhor suas características e potencialidades.

Zoneamento



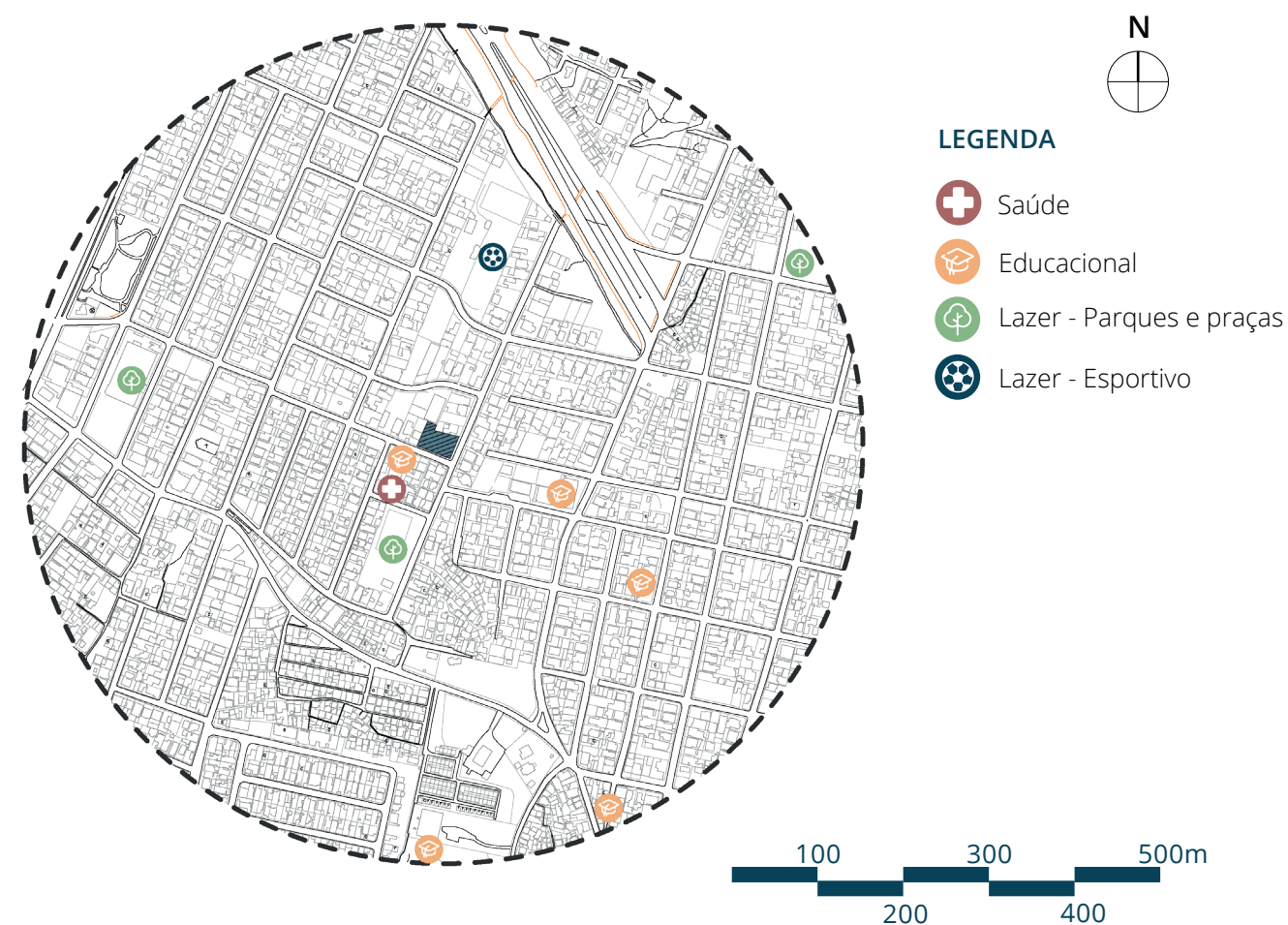
Mapa de zoneamento. Fonte: Autoria própria

De acordo com o documento de orientações técnicas do CONANDA, os equipamentos com a função de abrigos institucionais devem estar localizados em áreas predominantemente residenciais. Logo, optou-se por um terreno com essa característica, conforme pode-se observar pelo zoneamento localizado em uma Área Residencial Predominante (ARP), com potencial construtivo máximo de 6 pavimentos. A região é margeada em sua maioria por áreas residenciais e mista, e por algumas áreas institucionais, que favorecem a inserção futura de equipamentos de apoio ao projeto.

Equipamentos Urbanos

Para análise dos equipamentos urbanos foram selecionadas quatro categorias consideradas relevantes para suporte ao projeto, sendo elas: educacional, saúde, lazer parques e praças e lazer esportivo. No entorno imediato destaca-se o Centro de Saúde do Sapé, situado a uma quadra do terreno e que atende à região. A oferta de equipamentos educacionais é maior, incluindo instituições como o Colégio Adventista, o NEIM Paulo Michels e o Colégio Contemporâneo, sendo esses os mais próximos. Além disso, a região conta com praças e parques equipados com mobiliários de lazer, quadras esportivas e espaços de convivência.

A presença desses equipamentos de apoio no entorno é fundamental para promover a integração das crianças com o bairro e fortalecer o sentimento de pertencimento ao espaço.



Mapa de equipamentos urbanos. Fonte: Autoria própria

Sistema Viário



Mapa sistema viário e linhas de ônibus. Fonte: Autoria própria

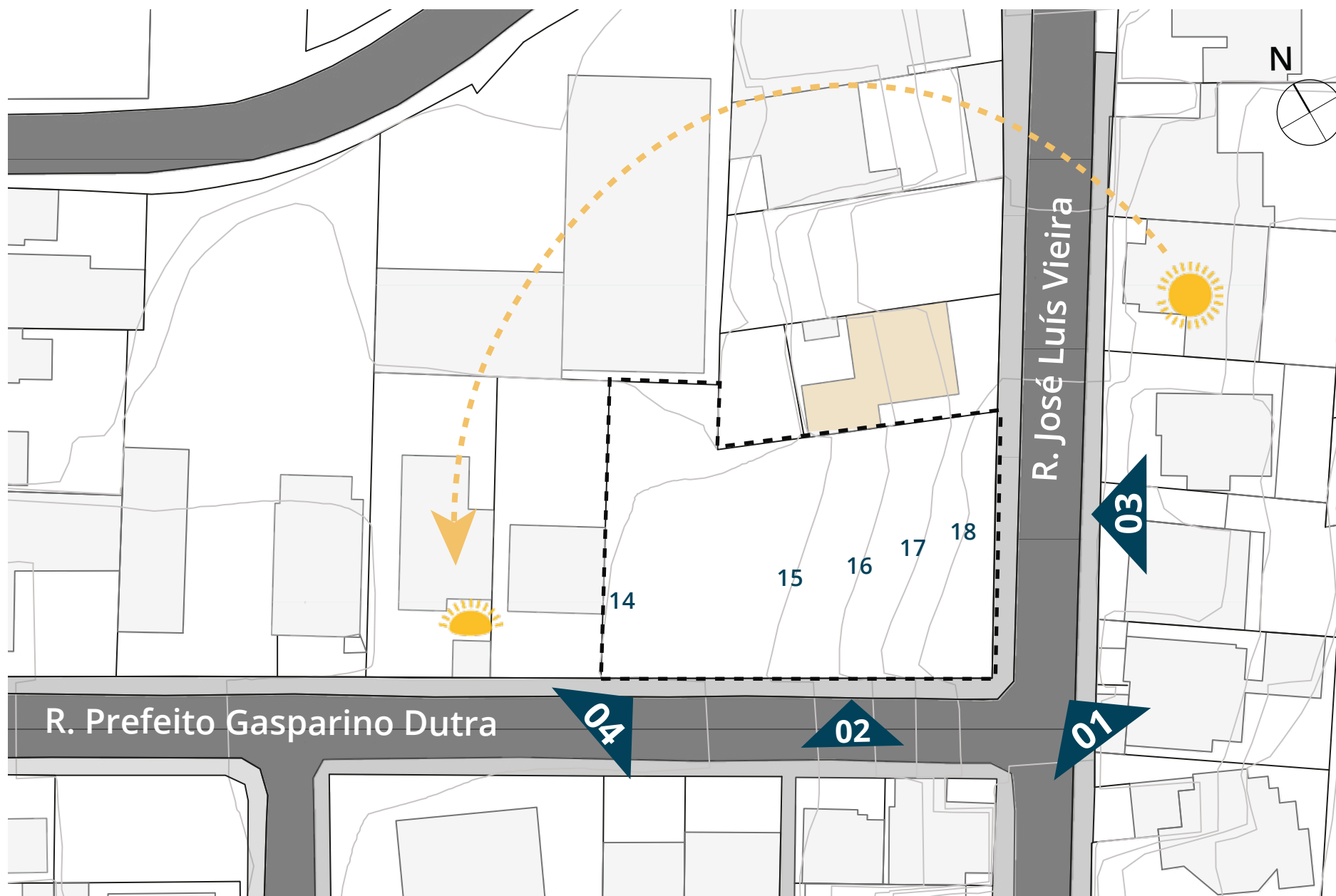
Na infraestrutura viária da área de análise, predominam vias denominadas pelo plano diretor como não hierarquizadas, que são vias de caráter local. A nordeste e sudoeste da área, encontram-se, respectivamente, a Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira e a Rua Luiz Carlos Prestes, ambas vias arteriais que desempenham um papel crucial na conectividade entre bairros e na ligação intermunicipal entre Florianópolis e São José. Já a oeste do terreno, estão as vias coletoras, responsáveis por distribuir o tráfego para as subcoletoras e vias locais.

As vias próximas ao terreno são, em sua maioria, asfaltadas, mas os passeios apresentam problemas de conservação, como irregularidades e desníveis ao longo de sua extensão. Além disso, a região carece de ciclovias ou ciclofaixas nas principais vias.

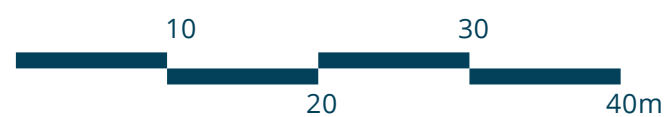
A área é atendida por três linhas de transporte público, sendo a linha Coloninha a que percorre os pontos mais próximos ao terreno. Esta linha oferece uma disponibilidade de horários mediana, enquanto outras duas linhas que passam nas imediações possuem maior frequência. Existem dois pontos de ônibus nas ruas que circundam o terreno, além de outros nas ruas adjacentes, o que facilita o deslocamento para outras regiões da cidade e o acesso ao terreno.

4.3 Apresentação do terreno





Planta esquemática, locação de imagens e condicionantes do terreno. Autoria própria



Através das imagens é possível notar que o terreno possui um certo desnível em toda sua extensão. A porção mais elevada, situada na cota 18, está voltada para a Rua José Luís Vieira, enquanto a parte mais baixa, na cota 14, tem frente para a Rua Prefeito Gasparino Dutra.

Outra característica importante do local é a altura da edificação vizinha, (hachurada na planta acima) que, devido à sua proximidade com o terreno, compromete a incidência de luz solar e gera certo sombreamento na área.



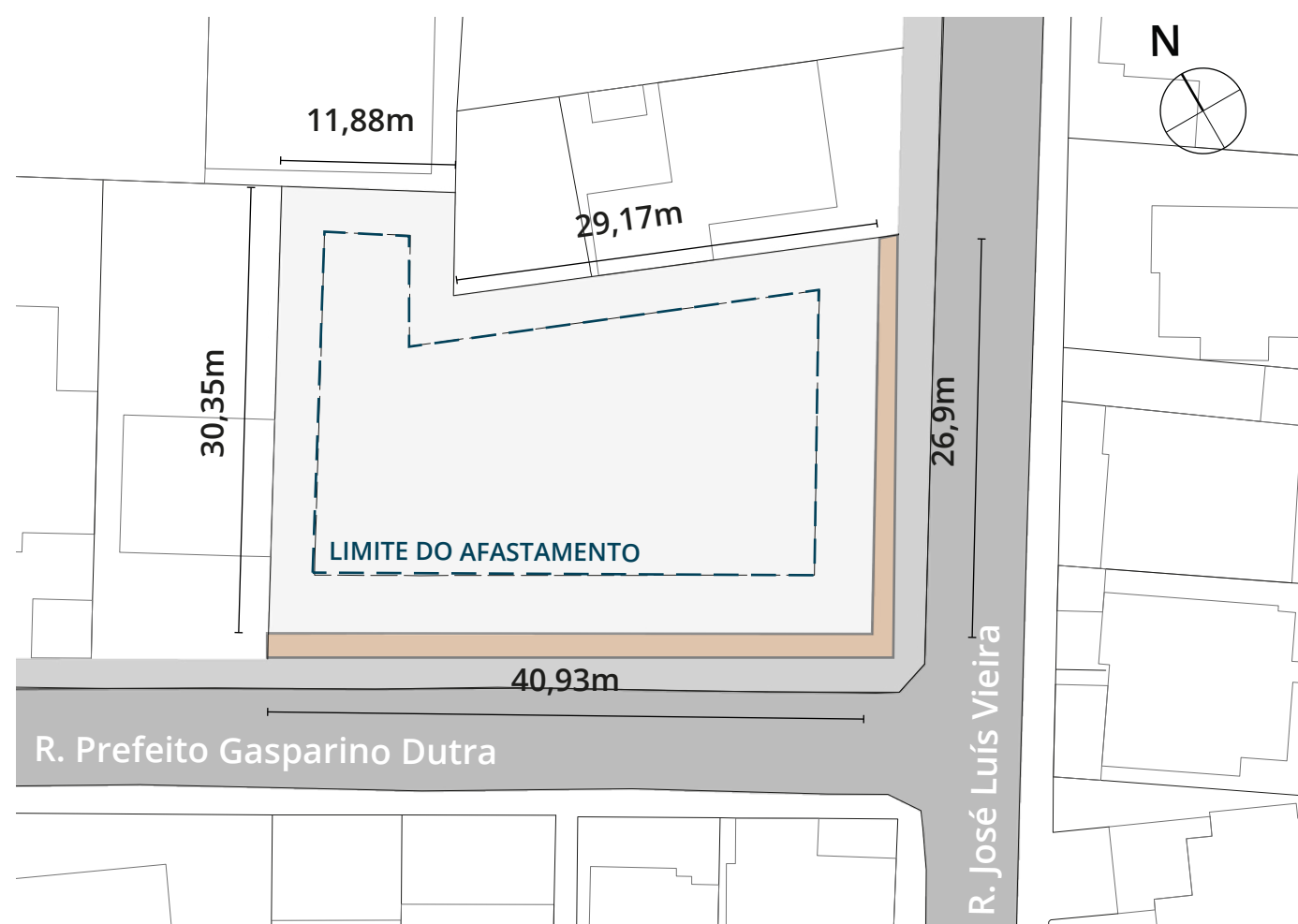
Imagens do terreno. Autoria própria

4.3 Condicionante Legais

O terreno de projeto é composto por dois lotes, sendo um deles localizado na esquina da Rua José Luis Vieira com a Rua Prefeito Gasparino Dutra, e o outro, adjacente, com frente para a Rua Prefeito Gasparino Dutra. Juntos, os lotes totalizam uma área de 1.183,46 m² e estão situados em uma Área Residencial Predominante (ARP), com um índice de aproveitamento de 4,21 e uma taxa de ocupação de 50%.

Os afastamentos mínimos exigidos são de 3 metros nas laterais e 4 metros na frente. Contudo, devido à localização em uma via não hierarquizada, além do afastamento frontal, é necessário reservar espaço para o atingimento viário, prevendo um futuro alargamento da via.

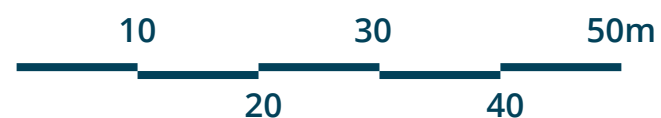
área total terreno	1 183,46 m ²
índice de aproveitamento	4,21
taxa de ocupação	50%
afastamento lateral	mínimo 3m
afastamento frontal	4m + atingimento viário



LEGENDA

Área destinada ao atingimento viário

Planta esquemática condicionantes legais.
Autoria própria



05 PROJETO

5.1 Orientações gerais

O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome juntamente com o Conselho Nacional dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente (CONADA), a UNESCO e o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), possui uma cartilha de Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, elaborada no ano de 2009 pelo governo vigente.

Esse documento apresenta parâmetros de funcionamento de acordo com as modalidades de acolhimento e discorre sobre a infraestrutura dos espaços físicos, espaços mínimos sugeridos e características da equipe técnica. Logo, ele será utilizado como base nesta etapa de trabalho, para auxiliar e estabelecer o programa de necessidades e futuramente adequar os espaços de acordo com especificidades sugeridas.

5.2 Intenções projetuais

Embora se trate de uma moradia provisória, o principal objetivo do projeto é criar um espaço que, além de atender às necessidades físicas dos usuários, seja capaz de promover e fortalecer relações de convivência e interação. A intenção é resgatar sentimentos de pertencimento e cuidado, muitas vezes perdidos em decorrência de situações de violência e abandono enfrentadas pelos abrigados.

Com base nesses princípios, o projeto busca criar ambientes integrados tanto com as áreas externas quanto entre si, favorecendo a comunicação e a interação entre os espaços e os ocupantes. Isso é proposto através de amplos vãos de portas e janelas, que proporcionam flexibilidade e transparência entre os ambientes.

A escolha de materiais, como a madeira para mobiliários internos e externos, visa criar uma sensação de aconchego, integrando esses elementos aos ambientes de forma que possam também funcionar como espaços de estar, complementando e enriquecendo o projeto como um todo.



5.3 Programa de necessidades

ÁREA SOCIAL

cozinha
despensa
refeitório
sala de estar
sala de jogos
biblioteca/sala de estudos
banheiros
lavanderia
almojarifado

ÁREA DE LAZER

jardim
horta
pátio
parque

ÁREA ÍNTIMA

dormitórios
dormitório acessível
berçário
quarto de apoio
banheiros

ÁREA TÉCNICA

sala de atendimento
consultório
sala de reuniões / administrativa
banheiros
recepção

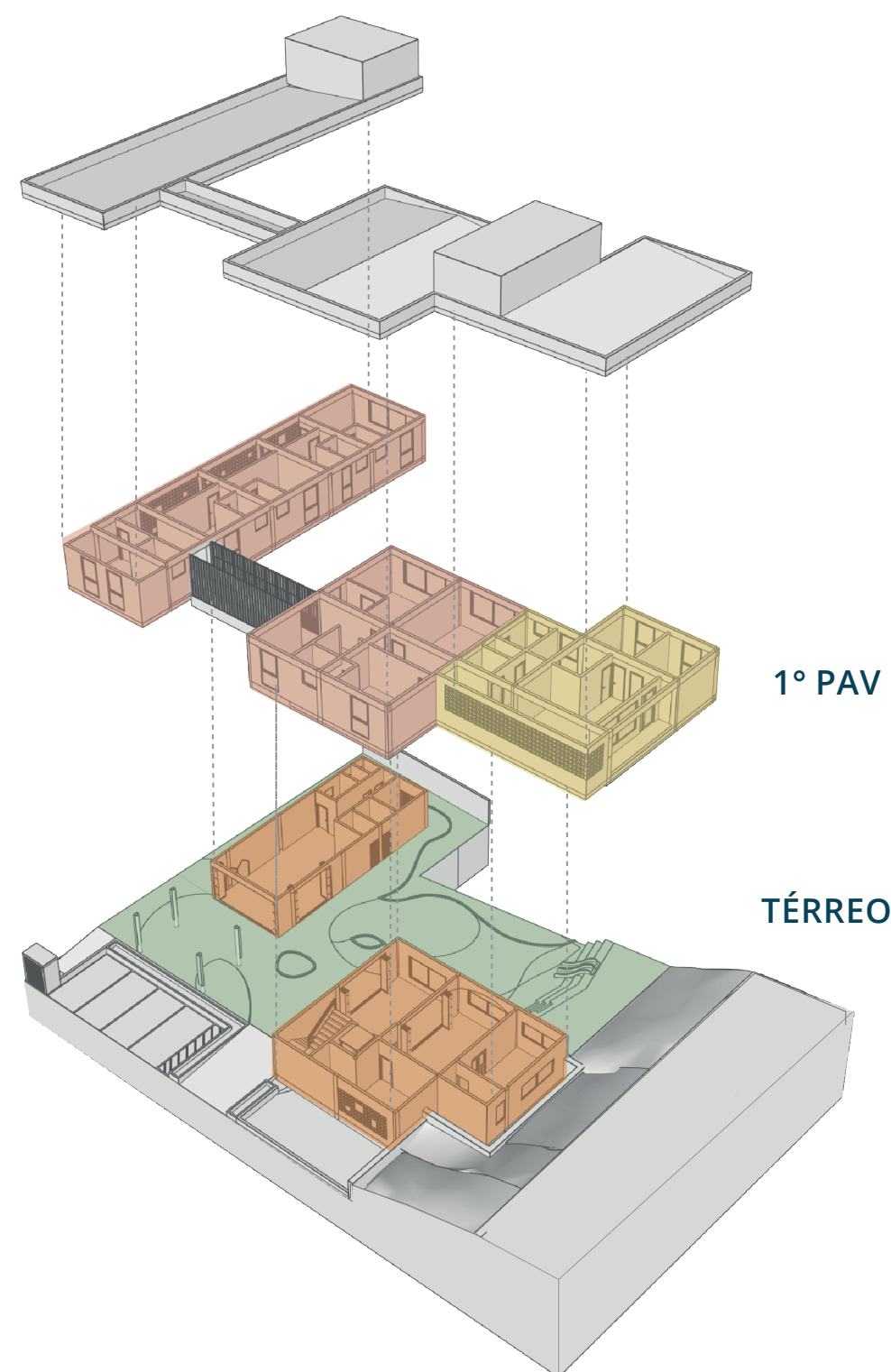


Diagrama programa de necessidades. Autoria própria

O programa de necessidades do projeto foi elaborado com base nas pesquisas feitas no decorrer do trabalho, nas demandas e necessidades observadas ao longo das visitas e atendendo as orientações técnicas do CONADA, como citado anteriormente.

Através das visitas realizadas, observou-se que as necessidades são muito variáveis e particulares de acordo com a faixa etária de atendimento das unidades de acolhimento. Sendo assim, optou-se por estabelecer uma faixa etária específica de trabalho para que seja possível atender ao objetivo de maneira particular.

Além disso, analisou-se também o panorama da cidade de Florianópolis/SC, localidade do projeto, que no momento da pesquisa possuía maior percentual de crianças em instituições de acolhimento na idade de 0 a 6 anos. Logo, o projeto de abrigo institucional será destinado ao atendimento de **crianças, faixa etária de 0 a 12 anos**, e como previsto pelas orientações técnicas terá capacidade máxima de 20 acolhidos.

A proposta do projeto é setorizá-lo em diferentes áreas, cada uma com distintos níveis de privacidade e acessos. Para isso, optou-se pela divisão em dois blocos independentes, conectados por uma passarela, cada um com acessos separados.

A setorização foi feita com base no nível de privacidade desejado. Assim, as áreas sociais e técnicas possuem acesso direto pelas vias do terreno, enquanto as áreas íntimas só podem ser acessadas de forma secundária, passando primeiro pelas áreas de uso comum.

O térreo do projeto, acessado pela Rua Prefeito Gasparino Dutra, abriga os ambientes sociais de uso coletivo, tanto internos quanto externos. A área externa inclui um pátio interno que conecta a sala de estudos e a sala de jogos, equipadas com espaços de estar e mobiliários lúdicos. Além disso, há uma área externa arborizada, com canteiros, brinquedos, balanços, escorregador e uma

arquibancada com uma horta em seu nível mais alto.

Os ambientes internos do térreo possuem grandes aberturas de portas e janelas, promovendo a integração com as áreas externas e oferecendo flexibilidade entre os espaços, que podem assumir um caráter mais privativo conforme necessário. Além das áreas sociais, o térreo também inclui ambientes técnicos, como lavanderia e depósitos, destinados principalmente ao uso dos funcionários e localizados nos fundos do terreno, com acesso externo.

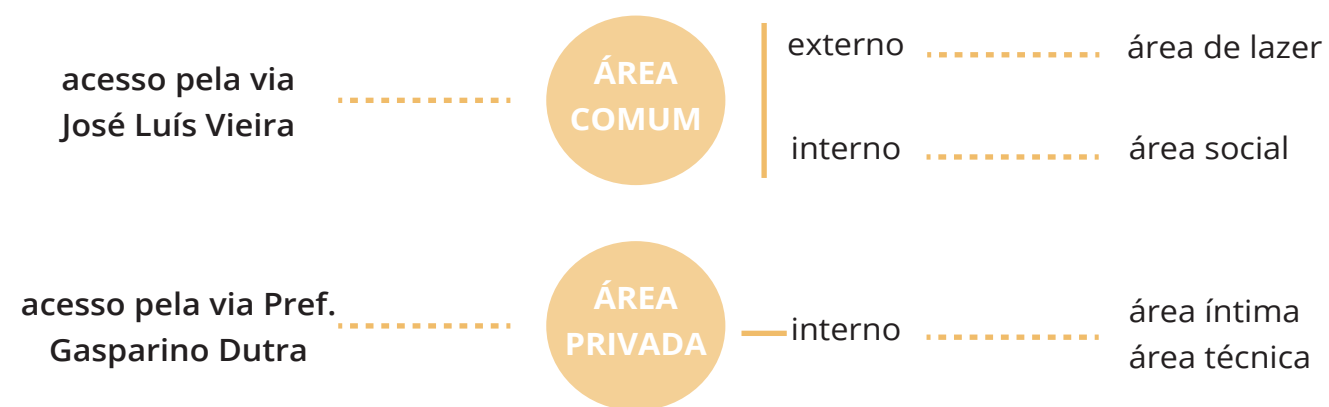
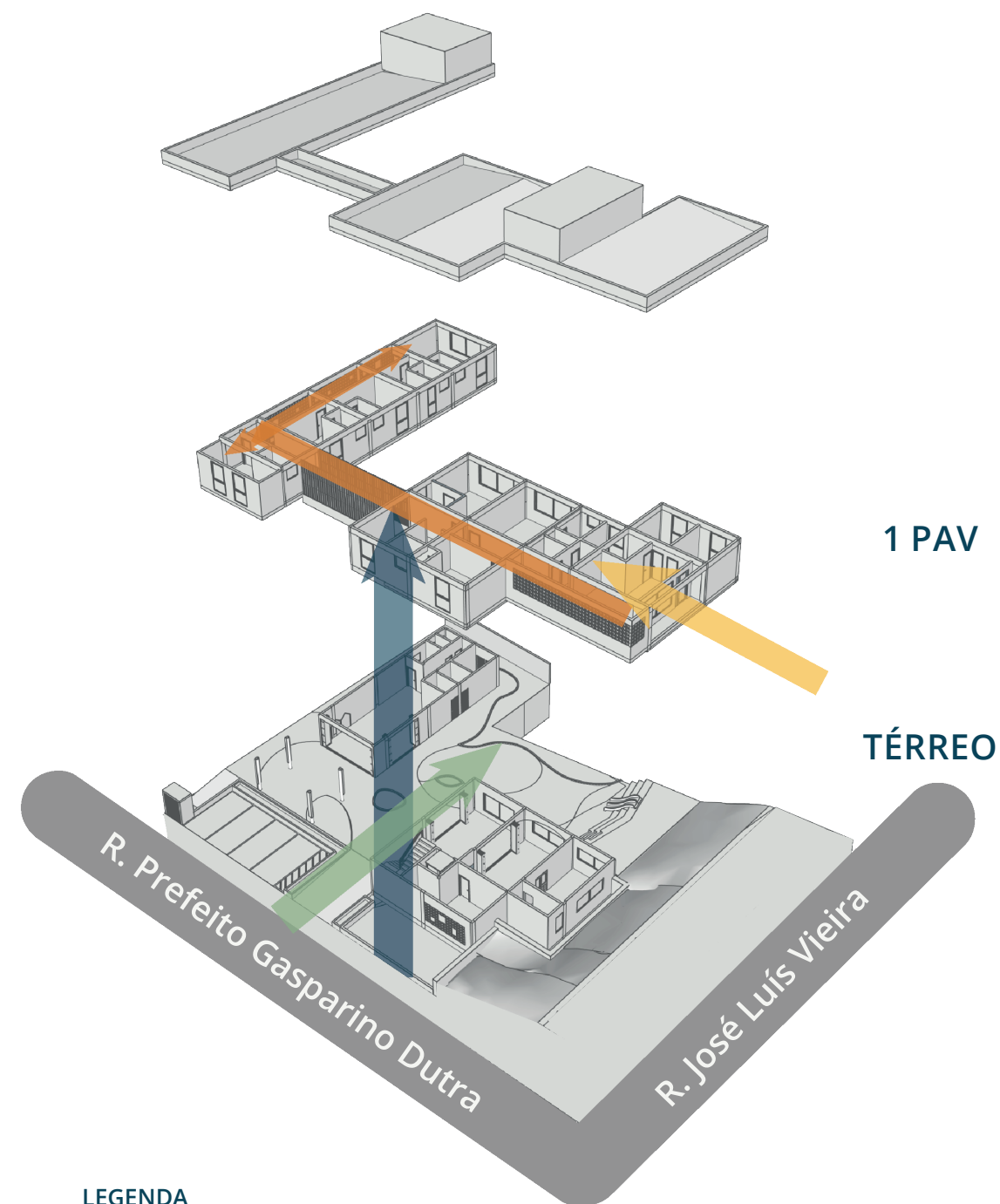
Com relação as circulações, a circulação vertical do é feita através da escada ou plataforma elevatória, que conecta o pavimento térreo ao pavimento superior. A conexão entre os blocos no pavimento superior é realizada por meio da passarela.

O pavimento superior é acessado pela Rua José Luís Vieira e, na entrada, estão as áreas técnicas, como a sala administrativa, consultório e recepção. Em seguida, encontram-se o dormitório acessível, berçário e quarto de apoio. Ao atravessar a passarela, tem-se acesso aos dormitórios e banheiros, localizados no outro bloco da edificação.

Considerando que o abrigo serve tanto como moradia para as crianças quanto como local de visitação, foi crucial dividir os fluxos de acesso ao projeto para garantir a privacidade e segurança dos moradores. Assim, foram criados dois acessos distintos. Um deles, pela via no nível mais elevado do terreno, que d  acesso direto às áreas técnicas, como recep o, sala de reunião e sala de atendimento, sem liga o direta com as áreas privadas, garantindo que os visitantes não tenham contato direto com os abrigados.

O segundo acesso é feito pela via no nível mais baixo do terreno, através de uma rampa que conduz diretamente   área externa do projeto, conectada aos ambientes coletivos. Ambos os acessos, no entanto, não possuem contato direto com as áreas privadas, como dormitórios e banheiros, sendo necessário o uso da escada e passarela para chegar a esses locais, o que propicia a privacidade desejada.

5.4 Fluxos e acessos



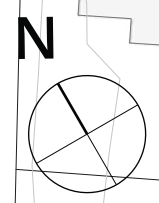
- LEGENDA**
- Acesso pela R. José Luís Vieira
 - Acesso pela R. Prefeito Gasparino Dutra
 - Circulação horizontal interna
 - Circulação vertical interna

Diagrama fluxos e acessos. Autoria própria

Planta de Implantação e Cobertura
escala 1:250

R. Prefeito Gasparino Dutra

R. José Luís Vieira



LEGENDA

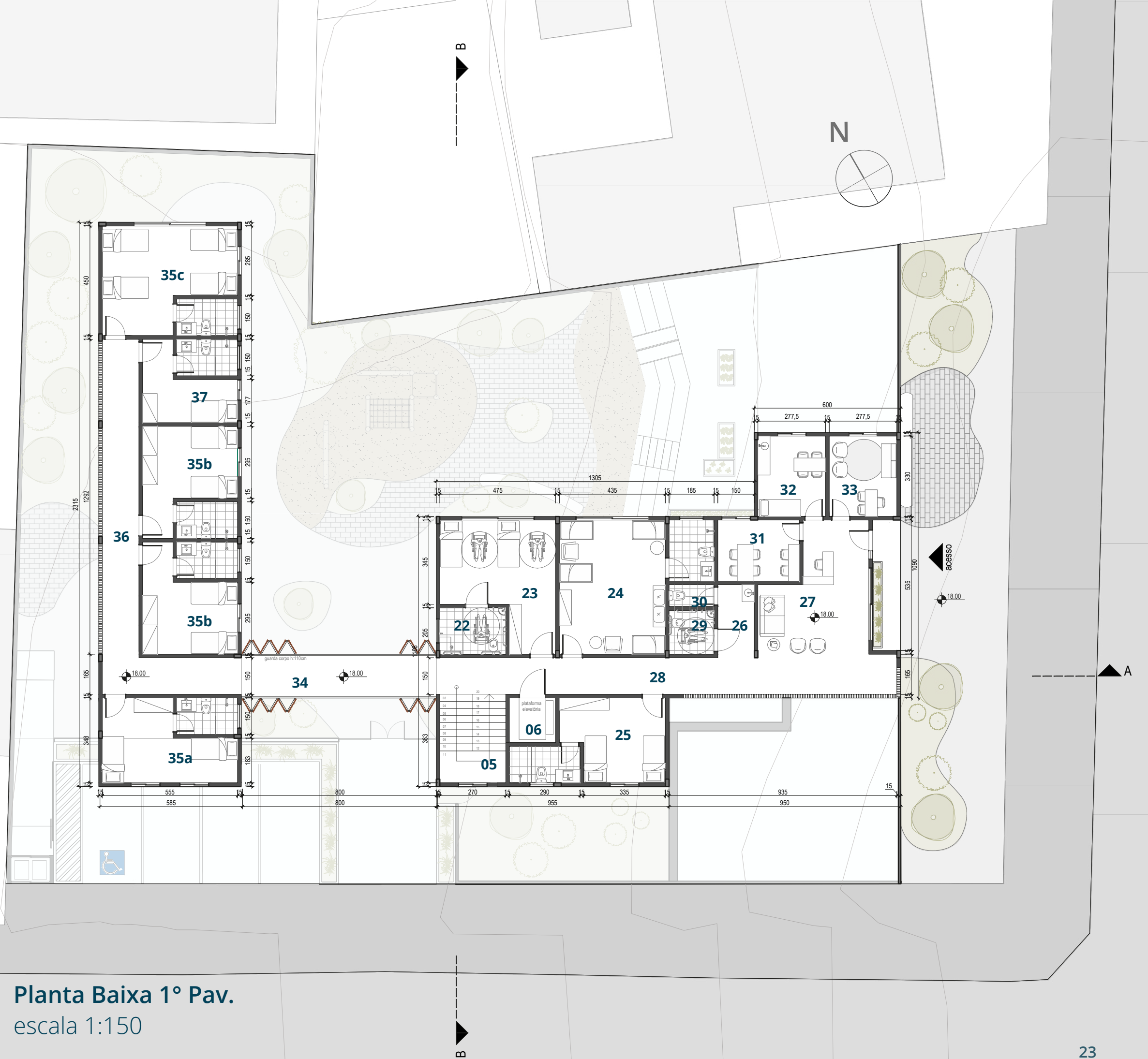
- 01. estacionamento - 54,91m²
- 02. lixeira - 1,52m²
- 03. pátio - 92,77m²
- 04. sala de jogos - 33,18m²
- 05. circulação vertical (escada) - 10,52m²
- 06. circulação vertical (plataforma elevatória) - 3,48m²
- 07. refeitório - 31,10 m²
- 08. sala de estar - 18,21m²
- 09. cozinha - 19,25m²
- 10. despensa - 5,25m²
- 11. área externa - 235,40m²
- 12. brinquedos - 39,44m²
- 13. arquibancada - 17,67m²
- 14. horta - 32,97m²
- 15. sala de leitura / estudos 48,96m²
- 16. sanitário pcd - 3,85m²
- 17. sanitário feminino - 1,75m²
- 18. sanitário masculino - 1,75m²
- 19. rouparia - 3,28m²
- 20. almoxarifado - 3,30m²
- 21. lavanderia - 6,27m²



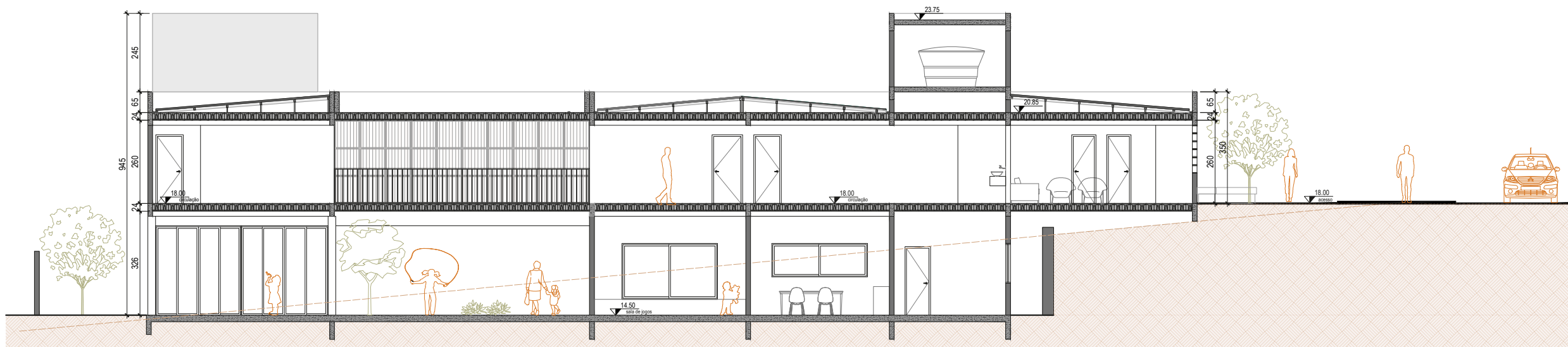
Planta Baixa Térreo
escala 1:150

LEGENDA

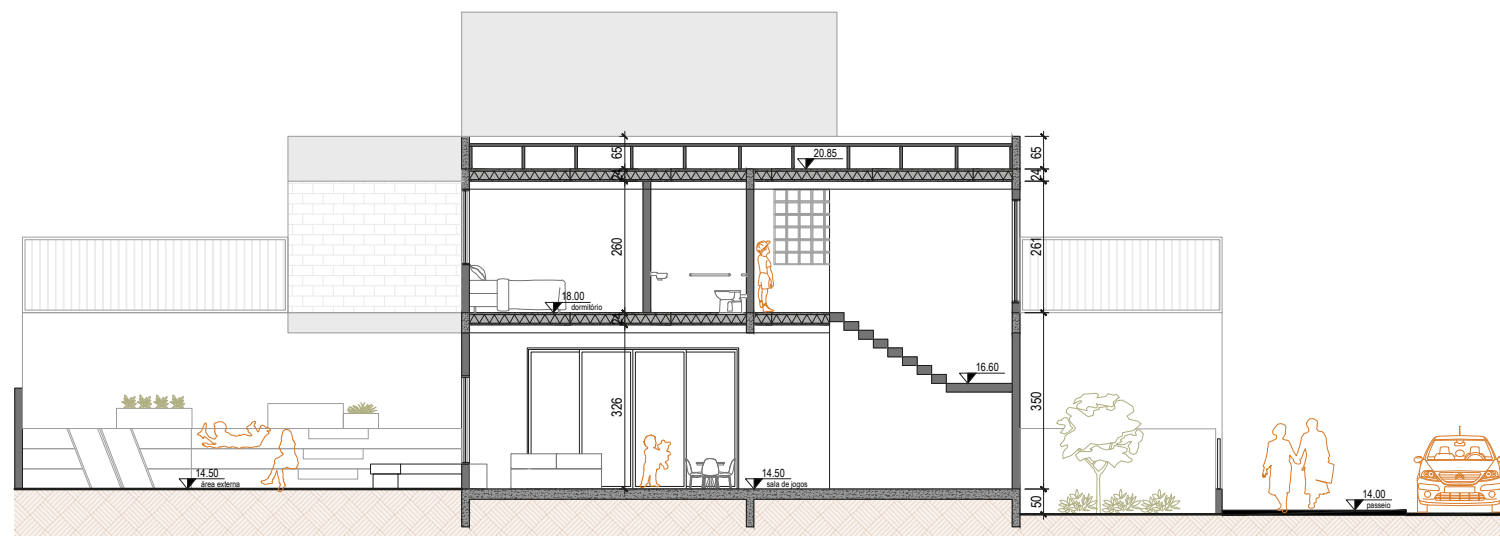
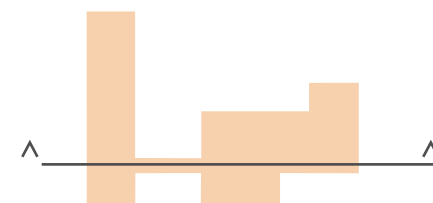
- 05. circulação vertical (escada) - 10,52m²
- 06. circulação vertical (plataforma elevatória) - 3,48m²
- 22. sanitário acessível - 5,13m²
- 23. dormitório acessível - 20,28m²
- 24. berçario - 23,92m² | sanitário - 4,62m²
- 25. dormitório de apoio - 13,49 | sanitário: 4,35m²
- 26. circulação sanitários - 4,5m²
- 27. recepção - 20,12m²
- 28. circulação - 29,20
- 29. sanitário pcd 1 pav - 3,33m²
- 30. sanitário 1 pav. - 1,66m²
- 31. sala admisnistrativa / reunião - 8,38m²
- 32. consultório - 9,16m²
- 33. sala de atendimento - 9,16m²
- 34. passarela - 14,40m²
- 35. dormitório infantil
 - a) 14,94m² | sanitário - 3,75m²
 - b) 13,57m² | sanitário - 3,75m²
 - c) 29,69m² | | sanitário - 3,75m²
- 36. circulação dormitórios - 28,15m²
- 37. dormitório de apoio 8,96m² | sanitário 3,75m²



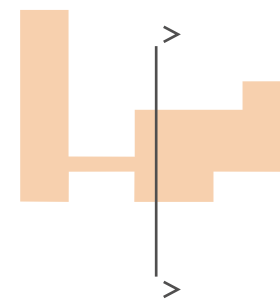
Planta Baixa 1º Pav.
escala 1:150

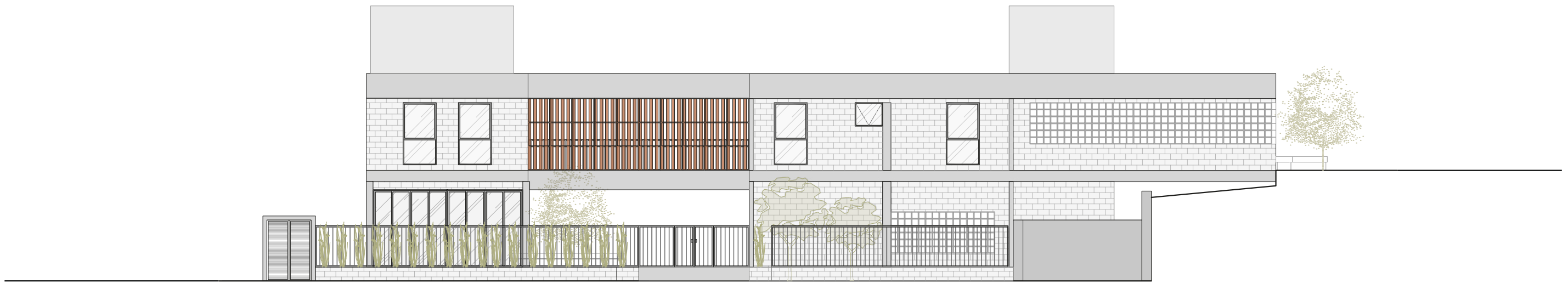


Corte AA
escala 1:150

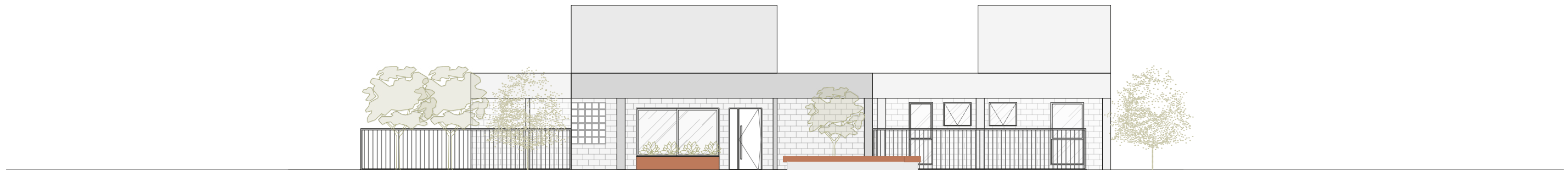


Corte BB
escala 1:150





Fachada Sudoeste
escala 1:150



Fachada Sudeste
escala 1:150



perspectiva nível 14m
acesso pela via Pref. Gasparino Dutra



perspectiva lateral
acesso pela via Pref. Gasparino Dutra - vista cobogós



perspectiva nível 18m
acesso pela via José Luís Vieira



perspectiva nível 18m
acesso pela via José Luís Vieira

5.8 Materialidade - acabamentos

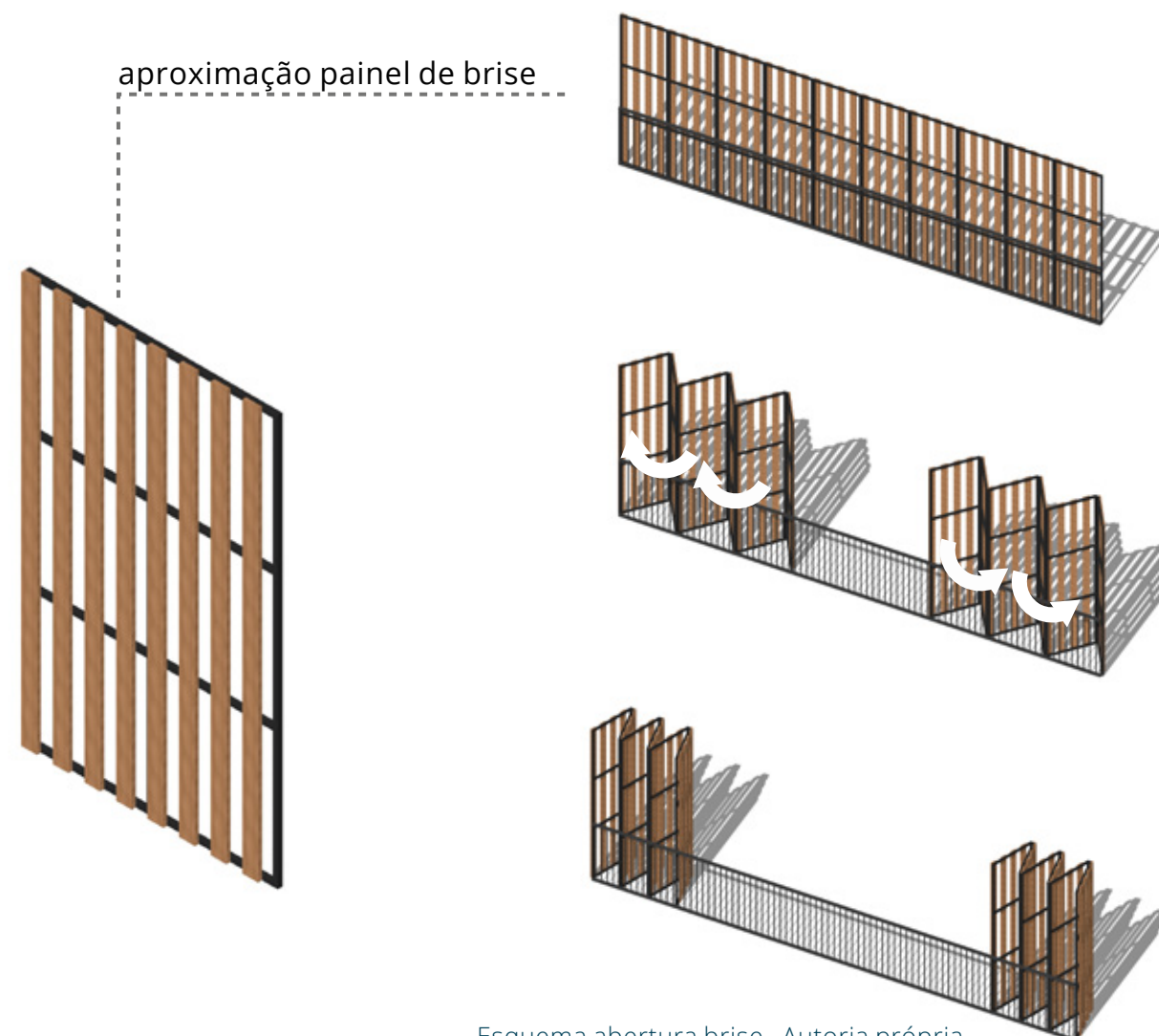
Na área externa, foi desenvolvido um desenho de piso que atende às necessidades específicas de cada espaço, utilizando materiais adequados para cada função proposta. Os diferentes tipos de pavimento formam um desenho orgânico que juntamente com a vegetação, integra e compõem o projeto.

Para as áreas próximas à arquibancada e à ilha com brinquedos, foram escolhidos pisos de borracha ecológica anti-impacto, que são fabricados a partir da reciclagem de pneus descartados. Como esses locais são destinados a brincadeiras, é necessário garantir amortecimento e segurança contra possíveis quedas.



Perspectiva projeto. Autoria própria

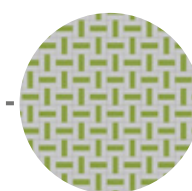
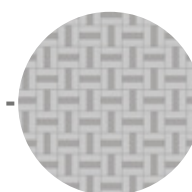
Na passarela são instalados brises articulados de madeira externos ao guarda corpo que possuem um sistema de abertura que permite que eles possam ser regulados conforme necessidade específica, como ilustrado no esquema.



Esquema abertura brise . Autoria própria

Nos caminhos pavimentados, foi adotada uma paginação de paver retangular intercalado com brita, proporcionando uma pavimentação mais regular, ao mesmo tempo que oferece certa permeabilidade ao solo.

Essa pavimentação foi projetada com o objetivo de dar continuidade ao paver já existente em outras áreas. Desta vez, nos espaçamentos entre os pavers, será feito o plantio de grama, criando uma ligação entre o pavimento existente e os espaços de vegetação.

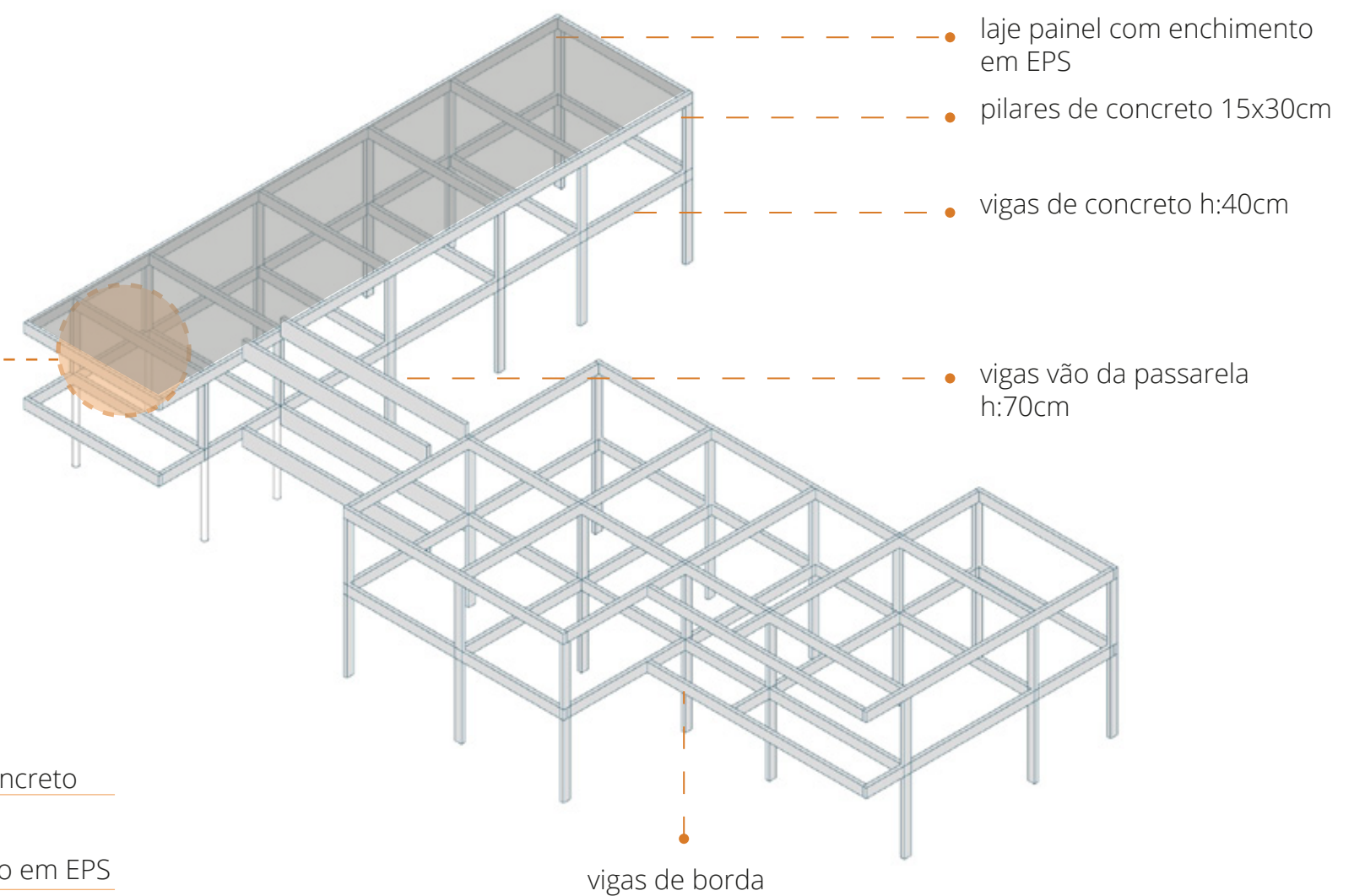
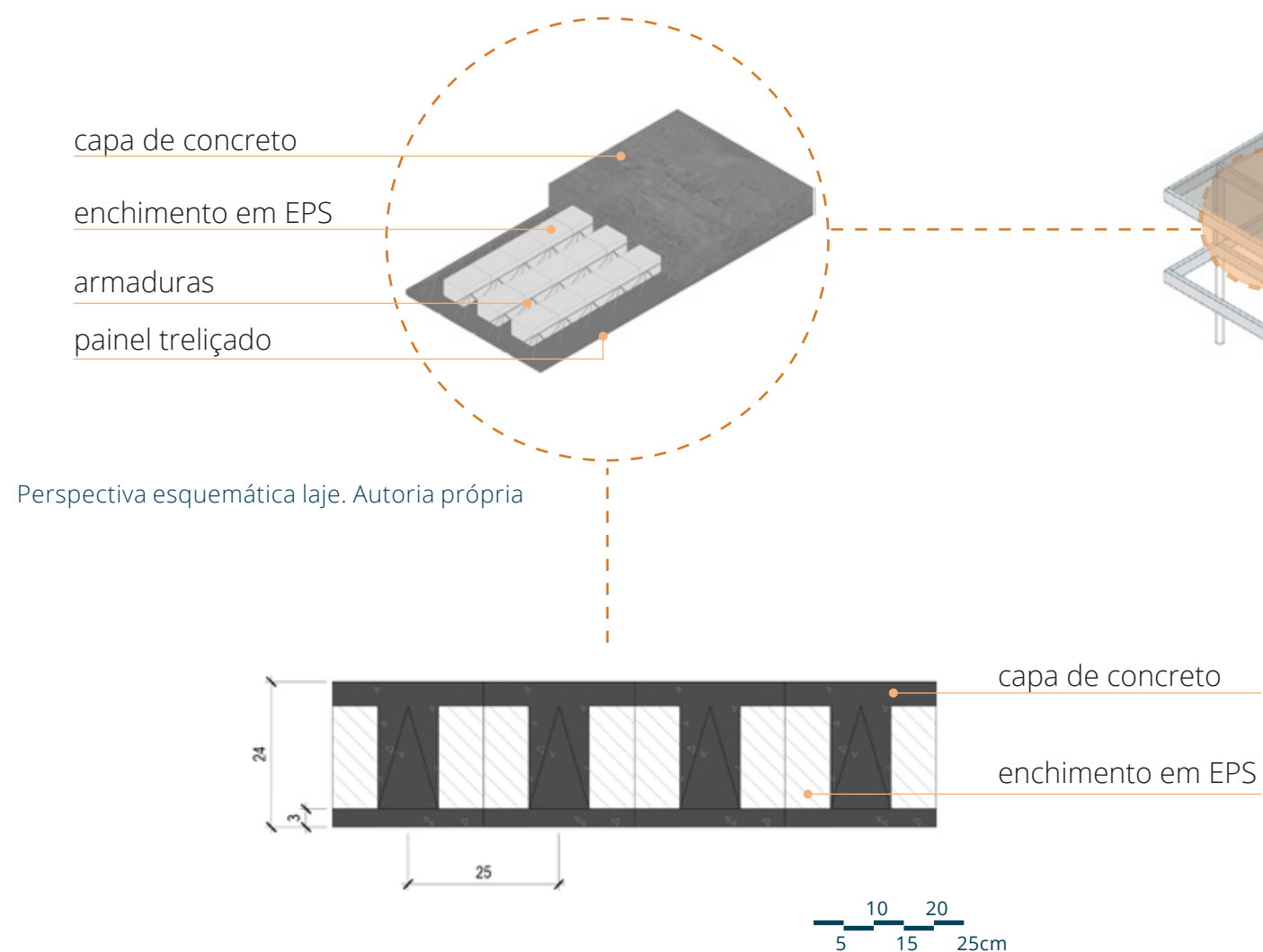


5.9 Esquema estrutural

O sistema estrutural do projeto é pensado através da utilização de pilares e vigas de concreto, locados conforme layout estabelecido. Para a materialidade desse sistema optou-se por deixar as vigas e pilares em concreto aparente nas fachadas para criar uma composição com as paredes que são em bloco de concreto, também deixados aparentes.

Os pilares são retangulares e seguem um padrão de 15x30cm, com exceção do térreo onde é feita a transição para pilares circulares, uma vez que eles estão aparentes, então optou-se pela utilização de outra geometria.

Como já mencionado as vigas também são de concreto e possuem 40cm de altura nos dois blocos e na passarela 70cm devido ao aumento do vão. A laje painel treliçada com enchimento de EPS foi utilizada em todo projeto e deixada aparente na maioria dos ambientes. Ela é composta pelos painéis treliçados que são espaçados a cada 25cm, armadura enchimento de EPS e uma capa de concreto.



Corte esquemático laje. Autoria própria

Diagrama estrutural esquemático. Autoria própria

5.10 Ambientes internos - imagens

Os dormitórios foram projetados para acomodar de 2 a 4 crianças, com dimensões variadas para atender diferentes necessidades. Embora sejam espaços compartilhados, o objetivo é proporcionar um certo grau de individualidade para cada criança. Para isso, cada quarto é equipado com um banheiro, camas, e armários individuais, permitindo que cada criança tenha um espaço próprio para guardar seus pertences pessoais, promovendo assim um sentimento de autonomia e privacidade.



armários individuais

planta baixa perspectivada dormitório



1º pav.
dormitório



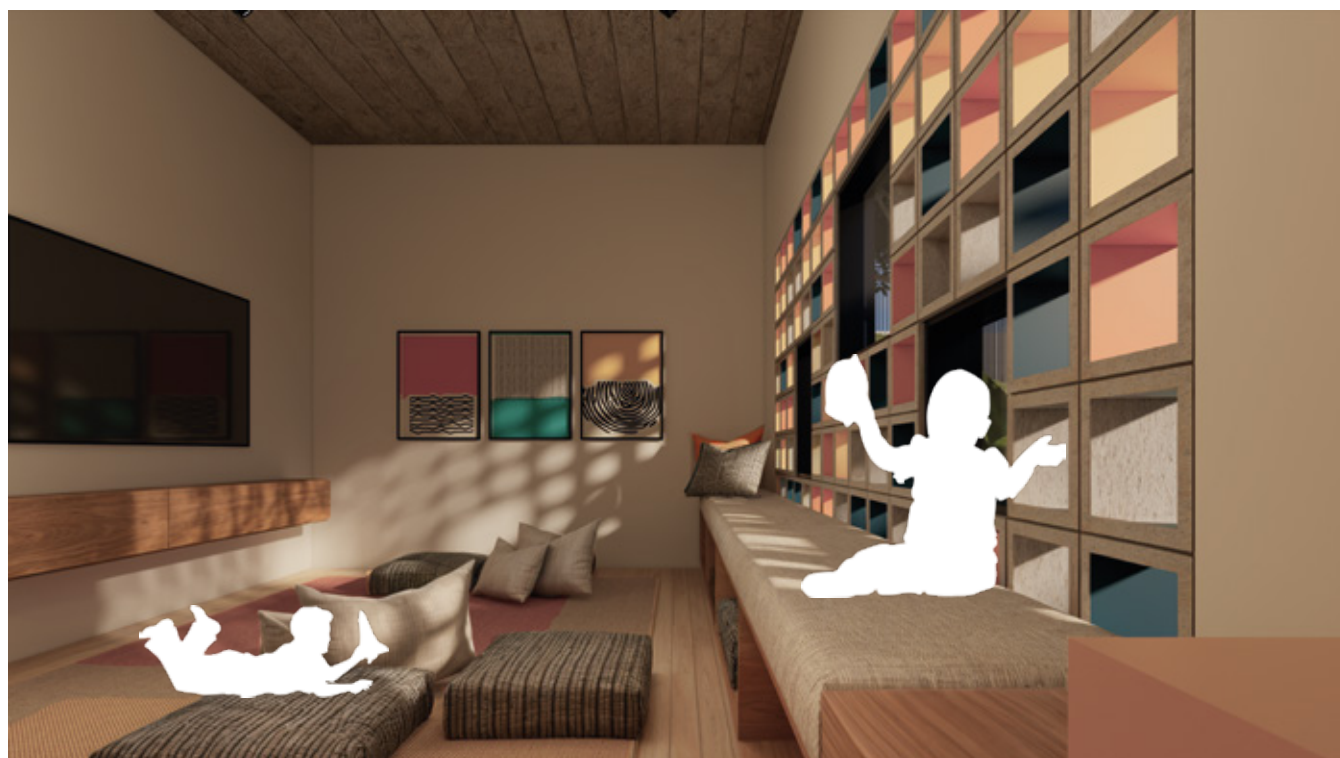
1º pav.
berçário



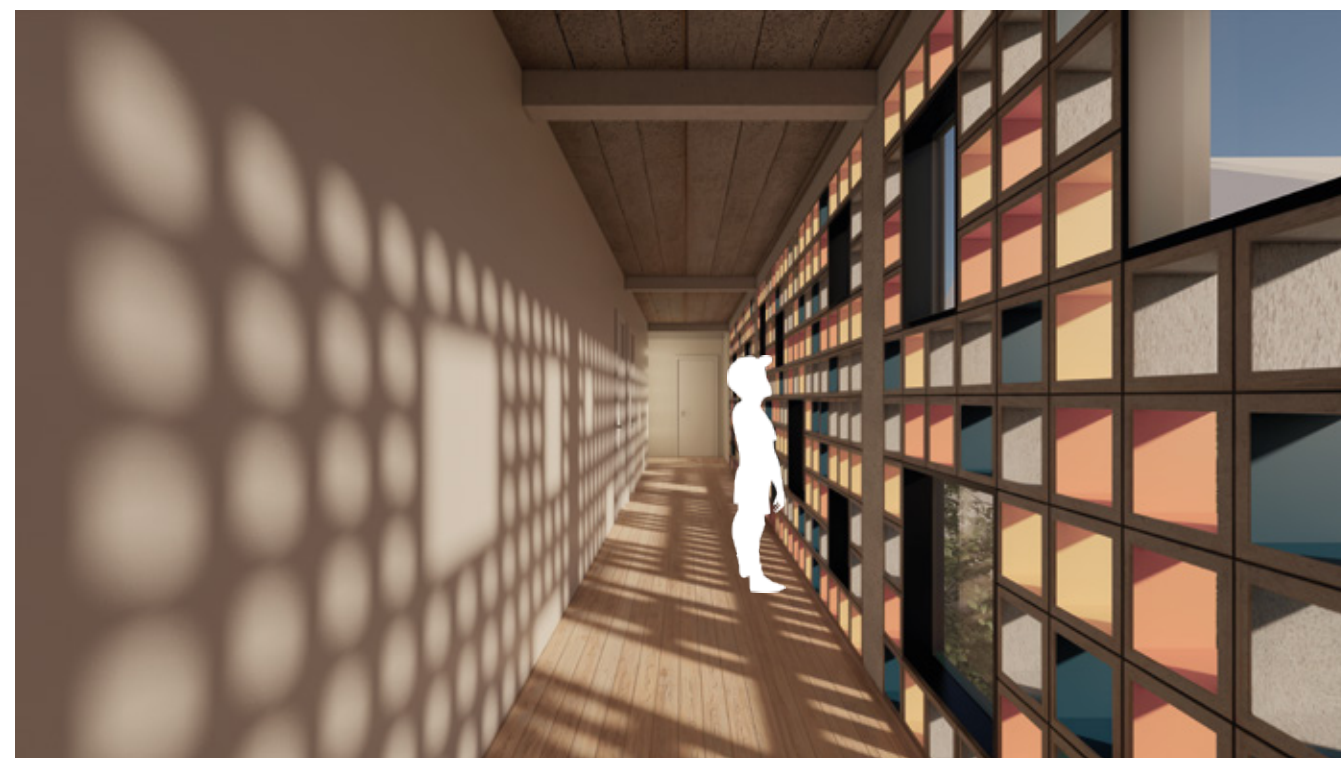
térreo
sala de estar



térreo
refeitório



térreo
sala de estar



1º pav.
corredor dormitórios com cobogós



térreo
área externa vista para os brinquedos



térreo
área externa topo arquibancada



térreo
área externa



1° pav.
passarela



térreo
vista externa sala de estudos



térreo
sala de jogos



térreo
pátio externo e vista externa sala de estudos



térreo
vista interna sala de jogos

06 | REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Larissa da Silva. **Republicar**: construindo o desligamento gradual de jovens egressos das instituições de acolhimento em Florianópolis. 2023. 31 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

BRASIL. **Lei no 8.069**, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF.

BRASIL. Resolução Conjunta CNAS/CONANDA no 01, de 18 de junho de 2009. Aprova o documento **Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes**. Brasília, DF.

FLORIANÓPOLIS. Lei Complementar n. 739, de 04 de maio de 2023. Altera a Lei Complementar n. 482, de 2014 (Plano Diretor de Florianópolis) e consolida seu processo de revisão.

Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-complementar/2023/74/739/lei-complementar-n-739-2023-altera-a-lei-complementar-n-482-de-2014-plano-diretor-de-florianopolis-e-consolida-seu-processo-de-revisao>

FLORIANÓPOLIS. Lei Complementar n. 482, de 17 de janeiro de 2014. Institui o Plano Diretor de urbanismo do município de Florianópolis que dispõe sobre a política de desenvolvimento urbano, o plano de uso e ocupação, os instrumentos urbanísticos e o sistema de gestão. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sc/f/florianopolis/lei-complementar/2014/49/482/lei-complementar-n-482-2014-institui-o-plano-diretor-de-urbanismo-do-municipio-de-florianopolis-que-dispoe-sobre-a-politica-de-desenvolvimento-urbano-o-plano-de-uso-e-ocupacao-os-instrumentos-urbanisticos-e-o-sistema-de-gestao>>

GEOPORTAL PMF, Portal de Serviços da Prefeitura Municipal de Florianópolis. Disponível em: <https://geoportal.pmf.sc.gov.br/downloads/camadas-em-sig-do-mapa>

JESUS, Caroline Nery de. **O HABITAR DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE: PROJETO ARQUITETÔNICO DE UMA CASA DE ACOLHIMENTO INFANTOJUVENIL PARA A CIDADE DE MARIANA – MG**. 2021. 84 f. TCC (Graduação) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2021.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História social da criança abandonada**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2006. 331p.

SAVI, Aline E. **Contribuições da arquitetura sobre o acolhimento de crianças e adolescentes em abrigos institucionais**. 301 p. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal de Santa Catarina. 2018.

SILVA, Martha E. S da. **Acolhimento Institucional: A Maioridade e o Desligamento**. 135 p. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós Graduação em Psicologia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2010.